

Comunicação e Saúde desde 1982 • www.ensp.fiocruz.br/radis

N.º 140 - MAI 2014

RADIS



Rumos para uma
Educação pública
de qualidade no Brasil

Conhecimento popular na promoção da saúde

Curta-metragem mostra possibilidades da Agroecologia e o poder das plantas medicinais

SAIBA MAIS

- A *saúde está entre nós* está disponível na internet para visualização e download no Canal da ANA (<http://vimeo.com/70507705>).
- Cópias em DVD podem ser solicitadas para a VideoSaúde/Fiocruz: videosaude@icict.fiocruz.br / (21) 2290-4745 e 3882-9109.

Liseane Morosini

A câmera, lenta, mostra o sorriso da dona de casa e agricultora urbana Lurdes de Carvalho, que comenta: “Eu testo às vezes em algumas pessoas para ver como funciona. Mas nem todo mundo quer ser cobaia, né?”, afirmando ser ela mesma cobaia dos próprios experimentos, que exploram as propriedades medicinais das plantas. Quando criança, conta, não acreditava na medicina natural praticada pela mãe. “Eu acreditava só no médico”, diz. Hoje, receita: “Picão você toma feito água quando está com hepatite”, referindo-se à erva cujo nome científico é *Bidens pilosa*. À fala de Lurdes, outras se somam, para tratar das plantas que trazem saúde: boldo é bom para o estômago; erva-de-santa-maria elimina vermes; arnica, para quem tem dor; cidreira, um calmante natural; chá da casca da amoreira, para reposição hormonal. Todas fazem parte do curta-metragem *A saúde está entre nós*, produzido pela Associação Nacional de Agroecologia (ANA), VideoSaúde, distribuidora da Fiocruz, e Canal Saúde, com direção de Tiago Carvalho. O filme mostra as várias possibilidades de utilização da Agroecologia como estratégia promotora de saúde, enfatizando o conhecimento popular e o cuidado.

Segundo o diretor em reportagem veiculada no site da Abrasco, a ideia da série, que conta com oito episódios concluídos e mais cinco em produção, surgiu da necessidade de comunicar à sociedade alternativas de relação harmoniosa com a natureza e seus benefícios. Depois do curta, o grande desafio, para ele, é fazer a agroecologia circular em campos nos quais é pouco conhecida. “Fazer o filme é mais fácil”, comentou. “Queremos ganhar terreno na divulgação da estratégia agroecológica, e as plantas medicinais surgiram como um bom tema. A maneira artesanal do trato com as folhas também está no filme, pois tivemos tempo para ver nos olhos das pessoas e ouvir suas vozes”.

CULTURA DO CUIDADO

Cuidado e carinho entram nessa relação de vida, como diz a mestrandia Silvia Baptista: “É uma relação do meu corpo, com a terra, com o meu quintal, com a minha família, com a minha rede de apoio. Eu tenho uma relação de confiança com essa minha rede comunitária. A gente acha que a saúde está nessa troca, a saúde está entre nós”, definiu.

A rede é também mostrada pelo trabalho do Projeto Grão de Mostarda, formado por 11



A agricultora Lurdes, entrevistada no curta: experimentos para explorar as propriedades medicinais das plantas

mulheres do bairro de Santa Maria, em Belford Roxo, Zona Norte carioca, que produz remédios artesanais e difunde o conhecimento das plantas medicinais para a população local. “Começamos em 1995 com a intenção de atender a comunidade com remédios e produtos caseiros. Com o tempo, os produtos foram dando certo, especialmente xaropes. Hoje a gente atende as pessoas da localidade e do entorno”, conta. O grupo trabalha com 60 tipos de plantas.

Bisneta de índia e integrante do Grão de Mostarda, Cristina de Sousa Freitas, revela, no filme, que o contato com as plantas permite resgatar também uma cultura de cuidado. “Toda quinta-feira a gente se reúne para ver o que está faltando. Antigamente, era parteira, a rezadeira que curava, a vovozinha que fazia o chá. Hoje, a gente faz esse trabalho, resgatando a *coisa* dos nossos antepassados” diz Cristina. O Grão de Mostarda sedia também a Rede Fitovita, articulação com outras comunidades e redes difusoras da medicina popular espalhadas no Estado do Rio.

Outro braço dessa estratégia é a capacitação de agricultores promovida na Fiocruz Mata Atlântica, localizada em Jacarepaguá, já que, segundo depoimento da pesquisadora Sandra Magalhães Fraga, a qualidade da matéria-prima terapêutica é importante para a cadeia produtiva. “Isso é o começo de tudo. Respeitar o conhecimento deles, mas fazer a troca da tecnologia, da ciência, com o tradicional”. O tratamento, voltado para problemas mais sérios de saúde usa a combinação de medicamentos “reconhecidos cientificamente” e fitoterápicos, como atesta o médico Alex Botsaris, coordenador do atendimento de Fitoterapia do Hospital do Andaraí, também no Rio de Janeiro: “A base é o conhecimento tradicional”, diz. 

Folhas e ervas que trazem saúde: documentário busca divulgar a estratégia agroecológica

Educação é saúde

A 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae), prevista para novembro, deveria ter sido realizada em fevereiro, mas foi adiada em cima da hora. Uma pena, porque a presença de milhares de delegados e observadores em Brasília iria qualificar e influenciar positivamente a votação do novo Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional, que teve sua origem na 1ª Conae, como reportou *Radis* em 2010. Esse debate interessa a todos, porque não há saúde sem educação de qualidade.

Pontuam a discussão atual a destinação de 10% do Produto Interno Bruto para o setor, maior apoio e participação da União no ensino a cargo de estados e municípios, redução das desigualdades territoriais, valorização dos profissionais e a garantia de um padrão nacional de qualidade na educação sem eliminar as diversidades regionais e culturais, além de inúmeras questões pedagógicas e de direitos e participação no espaço da escola e das políticas públicas. A garantia do uso dos recursos públicos exclusivamente para a educação pública aprovada na Conferência foi derrubada pelo Comissão Especial da Câmara, o que já sinaliza para uma importante polêmica.

Na pauta da saúde, destacamos a indecente proposta aprovada pelo Congresso Nacional de um teto para limitar o valor das multas às operadoras de planos de saúde. No campo da comunicação, boas notícias: a aprovação do Marco Civil da Internet e a proibição da abusiva utilização de publicidade direcionada a crianças.

Na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, que completa 60 anos, o

professor Jairnilson Paim, da Universidade Federal da Bahia, analisa a origem e a construção histórica e simbólica dos termos saúde pública ou coletiva. E diversos pesquisadores colocam em dúvida as métricas quantitativas para a produção de textos científicos, por não corresponderem ao tempo de maturação da pesquisa e reflexão e à qualidade e utilidade social da produção científica.

Cinquenta anos após o golpe que implantou a ditadura civil-militar responsável por obscurantismo e violência terríveis, comissões da verdade, por todo o país e na Fiocruz, levantam o passado de crimes do Estado e alertam que a herança de violência afeta o presente. Uma violência com viés de classe e gênero como se vê no noticiário da seção Súmula e nas imagens e relatos preciosos do “caminhão-museu” idealizado na Universidade Federal de Minas Gerais sobre a história dos conflitos de terra no país.

Trazemos ainda duas análises diversas da conjuntura atual. A economista Maria da Conceição Tavares, “moderadamente otimista”, considera que o Brasil pratica, na última década, um desenvolvimentismo social que tenta “fazer tardiamente um modelo de estado de bem estar social”. Para o filósofo Marildo Menegat, “pesquisador militante”, o país e o mundo vivem hoje em estado permanente de barbárie, em função de crise estrutural do capitalismo, com as necessidades humanas transformadas em mercadoria, mas há “novíssimos movimentos sociais construindo outra sociabilidade, sem a mediação do dinheiro”.

Rogério Lannes Rocha

Editor-chefe e coordenador do Programa Radis

CARTUM



Expressões e Experiências

- Conhecimento popular na promoção da saúde 2

Editorial

- Educação é saúde 3

Cartum

- 3

Voz do leitor

- 4

Súmula

- 5

Radis Adverte

- 8

Toques da Redação

- 9

Capa | Política educacional

- Embates pela educação pública de qualidade 10
- 20 metas do PNE 14
- Conferência adiada 16
- Entrevista – Luiz Araújo: Nova lógica para pensar o financiamento educacional 18

50 anos do golpe

- Um passado a se desvendar 19
- Desvelando os ‘silêncios’ da ditadura 21

História

- Museu sobre rodas 22

Entrevista — Marildo Menegat

- ‘Estamos livres para criar uma nova forma de existência’ 25

Produtivismo acadêmico

- ‘Ciência salame’ 28
- Impacto na formação 30
- O manifesto ‘Slow Science’ 31

Palestra

- Saúde pública ou saúde coletiva? 32

Serviço

- 34

Pós-Tudo

- ‘Ninguém come PIB, come alimentos’ 35

Foto da capa Estefan Radovicz / Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

RADIS . Jornalismo premiado pela Opas e pela Asfoc-SN



Assistência Social

Parabéns para toda equipe da *Radis*, pela revista nº 138. A matéria sobre o Suas [Sistema Único de Assistência Social] está ótima. O Suas está sendo organizado no Brasil e enfrenta resistência de muitos gestores que ainda veem a Assistência Social como favor, como moeda de troca de favores eleitorais. Ele é um direito de cidadania circunscrito na Constituição de 1988 e como tal deve ser viabilizado em todas as esferas de governo. Seus trabalhadores devem ser reconhecidos em carreiras próprias, para romper com o senso comum de que qualquer pessoa pode atuar no Sistema. Abraços!

• Luiza Maria Lorenzini Gerber, Florianópolis, SC

Venho parabenizar a *Radis* pela matéria sobre o Sistema Único de Assistência Social (Suas). Importantes esclarecimentos quanto a este sistema tão pouco conhecido pela população, mas que foi um grande marco para garantir a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado, instituídos na Constituição federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 1993, como bem é destacado na matéria.

• Milca Oliveira Clementino, Campina Grande, PB

Miastenia 'gravis'

• Recebo a revista *Radis* há muitos anos e me mantenho atualizado sobre as questões de saúde em função da excelente seleção de matérias publicadas por esta extraordinária fonte de informação. Em função disso solicito a publicação de uma matéria sobre miastenia *gravis*, doença terrível, mas pouco conhecida. Uma pessoa amiga acabou de receber esse diagnóstico e não sabe o que fazer. Como o SUS trata essa questão?



• Rudi Pereira Lopes, farmacêutico-bioquímico, Florianópolis, SC

• Caro Rudi, já anotamos sua sugestão. Recomendamos por ora a leitura da portaria nº 29/2010 sobre protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para a miastenia gravis. Um abraço!

Trabalho infantil

Venho com muita alegria e satisfação dizer-lhes que estamos felizes por termos contato com tamanho privilégio de ter acesso a esta importante publicação. Já tive contato com a revista e vi uma nova e agradável oportunidade de externar minha felicidade como leitor. Sou conselheiro tutelar de um município do sertão da Paraíba e queria muito fazer destaque para a *Radis* de número 136, sobre trabalho infantil. A realidade de nossos municípios é bem isso mesmo. O trabalho infanto-juvenil é visto como normal e é uma luta diária retirar esse entendimento da população. Em contrapartida, a população não tem atividade ou projeto que atenda essa parcela, faltam propostas e/ou ações por parte dos gestores. A revista nos servirá para atualizar o que vem sendo discutido e teremos o prazer de destacar esta bonita e oportuna publicação.

• Humberto de Medeiros Silva, conselheiro tutelar, São José do Sabugi, PB

Sempre atualizado

Sou estudante do Instituto Federal Baiano, assinante da *Radis*, e venho prestar meus agradecimentos a vocês. No último ano prestei vestibulares e me dei muito bem nas redações devido a sempre estar atualizado com a *Radis*. Fui aprovado em Engenharia de Energia em universidade pública. Contudo, venho também comunicar que estou com um problema, pois não recebi mais a revista em casa, a última foi a edição de dezembro. Poderiam me ajudar?

• Victor Igor Oliveira, estudante de Engenharia de Energia, Lícínio de Almeida, BA

• Caro Victor, é uma alegria saber que a *Radis* teve papel importante em sua aprovação. O problema com sua assinatura foi resolvido. Um abraço e parabéns!

Cursos em Saúde

A Faculdade União de Goyazes apresenta-se com a maior cordialidade e leva através deste o desejo de recebermos como cortesia exemplares da revista *Radis*, uma vez que oferecemos cursos na área da Saúde em nossa instituição e reconhecemos a grande importância de tal periódico.

• Luciene Francis Martins, coordenadora da Biblioteca da Faculdade União de Goyazes, Trindade, GO

• Cara Luciene, será um prazer para a *Radis* participar da formação dos alunos dos cursos de Saúde de sua instituição. Um abraço!

Gestão

Sinto-me lisonjeado em falar com vocês, e quero dizer que aprecio bastante o trabalho de vocês. Poderiam relatar como estão os problemas no modelo de gestão que os governantes usam para administrar a nossa sociedade, sempre levando em consideração a opinião da população?

• Natan dos Santos Gonçalves, Jequié, BA

• Caro Natan, as temáticas da gestão e do controle social, em especial no que diz respeito à Saúde, são recorrentes nos conteúdos produzidos pela *Radis*. Sugerimos que faça uma busca em nosso site, www.ensp.fiocruz.br/radis. Agradecemos por sua mensagem. Um abraço!

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou facebook) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa **Radis de Comunicação e Saúde**, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Paulo Gadelha**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do *Radis*
Rogério Lannes Rocha
Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Eliane Bardanachvili**
Reportagem **Adriano De Lavour** (subedição),
Bruno Dominguez (subedição interina), **Elisa Batalha**, **Liseane Morosini** e **Ana Cláudia Peres**
Arte **Carolina Niemeyer** (subedição) e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira** e **Sandra Benigno**
Administração **Fábio Lucas**, **Natalia Calzavara** e **Oswaldo José Filho** (Informática)

Assinatura **grátis** (sujeita a ampliação de cadastro) **Periodicidade mensal** | Tiragem **82.500** exemplares | Impressão **Minister**

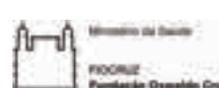
Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118 | (21) 3882-9119
• E-mail radis@ensp.fiocruz.br
• Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

 www.ensp.fiocruz.br/radis

 [/RadisComunicacaoSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
• www.fiocruz.br/ouvidoria





País já tem seu Marco Civil da Internet

Em meio a intensos debates e muita mobilização (foto), o Marco Civil da Internet (PL 2126/21) foi sancionado (23/4), pela presidenta Dilma Rousseff. A lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres na rede. Apesar de não ter sido vetado o artigo 15, que abre brecha para a vigilância, por obrigar os provedores a guardar dados de usuários por seis meses, o novo marco é considerado histórico, apontando para o tratamento da comunicação como direito, não como negócio.

Ficaram mantidos os princípios estruturantes da lei: a neutralidade de rede (isto é, todos têm os mesmos direitos de acesso, sem que as empresas limitem conteúdos ou cobrem preços diferenciados para cada tipo de serviço prestado), a privacidade do usuário (já incluídos o sigilo e a inviolabilidade de informações, até o momento passíveis de serem comercializadas para setores de vendas de empresas) e a liberdade de expressão (não cabe às empresas provedoras decidir pela retirada ou não da rede de um conteúdo publicado por terceiros, sendo necessária uma ordem judicial, acabando-se com a censura privada).

O processo foi marcado por tentativas de alteração do projeto inicial, para beneficiar as grandes operadoras de telecomunicações, trancando-se por cinco meses a pauta de votações da Câmara dos Deputados. O texto é considerado “uma das raras legislações do mundo no campo da internet que cria mecanismos de proteção do usuário, e não o contrário”, como definiu o site do Coletivo Interozinhos (27/3). “Servirá de modelo para todas as democracias que buscam reforçar a liberdade nas redes e os direitos humanos”.

O resultado representou vitória da sociedade civil, que manifestou seu

desejo em uma petição com mais de 340 mil assinaturas a favor do marco civil, entregue na Câmara, antes da votação do texto naquela Casa (25/3). A batalha continuou no Senado, onde os esforços concentraram-se em pressionar para que a votação fosse feita em três comissões num mesmo dia (23/4), de modo que o texto fosse a plenário sem alterações (caso contrário, voltaria à Câmara e o processo se reiniciaria, deixando o texto à mercê de novos lobbies das operadoras).

A construção do texto se deu após longo processo de consulta pública e mobilização, iniciado em 2009, como lembrou em entrevista (27/3) no site da Abrasco, o pesquisador da Fiocruz Rodrigo Murtinho. Foram mais de duas mil contribuições de governos, movimentos sociais, organizações não governamentais, universidades e empresas, e também de diversos partidos políticos. “Representa, portanto, uma vitória do processo democrático, da participação social na formulação e na definição da legislação do país”, disse. Para o pesquisador, a aprovação da lei contraria “a longa tradição de legislações autoritárias que sempre beneficiaram empresários de radiodifusão e de telecomunicações no Brasil”.

A sanção presidencial do Marco Civil da Internet imediatamente após a aprovação do texto no Senado se deu por conta do interesse do país em anunciar a nova legislação no Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet (23 e 24/4), em São Paulo, reunindo 90 países. O evento definiu diretrizes para ampliar a governança da rede, diminuindo a influência e o controle por parte dos Estados Unidos e apontando para uma web mais democrática, informou *O Globo* (23/2).

Reserva de vagas para negros em concursos públicos

A Câmara dos Deputados aprovou (26/3) projeto de lei que reserva 20% das vagas em concursos públicos da União a candidatos negros, durante dez anos, informou a Agência Brasil. Foram 314 votos a favor, 36 contra e seis abstenções. O texto segue agora para o Senado e, depois, para sanção presidencial.

De acordo com a proposta, os editais dos concursos públicos deverão informar expressamente sobre as cotas e especificar o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo ou emprego público oferecido. Poderão concorrer às vagas reservadas aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informou *O Estado de S. Paulo* (26/3).

Durante a discussão do projeto na noite da quarta-feira 26, chegou a ser discutida a possibilidade de estender o mesmo percentual para os cargos comissionados do Executivo. A proposta, no entanto, não teve apoio e foi derrubada.

“As cotas dos não negros, nós, negros, sempre, convivemos com elas, porque nossos filhos não foram para a escola, para a universidade. Eles não tiveram nenhum cargo que nós pudessemos achar que era digno do seu conhecimento. Essa é a cota com a qual nós convivemos”, afirmou a deputada Benedita da Silva (PT-RJ). “Nós vivemos num país onde a cor da pele discrimina, sim. Nós vivemos num país onde a grande maioria da população pobre é negra, onde as chances de disputa são menores”, acrescentou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Para o senador Cristovam Buarque, o desafio do Brasil é fazer com que todos os jovens concluam o ensino médio com qualidade. “Gostaria de ver todos que lutam por cotas para negros no serviço público e nas universidades lutando por uma cota de 100% de jovens concluindo o ensino médio com qualidade”, afirmou, em reportagem do portal de notícias do Senado (28/3), ao comentar a vitória do projeto de reserva de vagas para negros. “Esse embranquecimento da elite de um povo que não é branco é uma vergonha nacional”, disse, defendendo que se ofereça “escola igual para todos os brasileiros, desde a primeira série do ensino fundamental”.



FOTO: REPÓRTER BRASIL

Anistia a multas de planos de saúde

A pesar da repercussão negativa e protestos da sociedade civil e entidades sanitárias, a Medida Provisória (MP) 627, que incluiu de *contrabando* uma emenda que estabelece teto para as multas de planos de saúde, seguiu da Câmara para o Senado (15/4). Cabe agora à presidenta Dilma Rousseff a decisão de vetá-la, informou *O Globo* (15/4). A MP trata de mudanças tributárias para multinacionais brasileiras no exterior e tem mais de cem itens, entre eles o que favorece as operadoras. Ainda na Câmara, o relator do texto, deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que havia defendido (3/4) que “não se pode fazer da multa um fator que quebre a empresa”, recuou diante das pressões e passou a considerar pertinente o veto de Dilma. Mas não alterou o texto, que seguiu para o Senado como estava. Os senadores, por sua vez decidiram manter esse e outros pontos, alegando querer evitar que a MP, que trata de outros temas, perdesse a validade, em 21/4.

De acordo com Eduardo Cunha, inicialmente, havia concordância do Executivo com o estabelecimento do teto. O ministro da Saúde, Arthur Chioro, no entanto, afirmou que o governo é contrário à inclusão da emenda e informou que sua aprovação representaria perdão de R\$ 2 bilhões para as operadoras. Pela legislação atual, as operadoras recebem multa por cada infração

cometida. A MP, no entanto, determina que infrações de mesma natureza resultem apenas na multa de maior valor, aumentada em até 20 vezes. Na prática, a operadora que cometer de duas a 50 infrações da mesma natureza terá pena equivalente a apenas duas infrações, apontou *O Globo* (3/4).

Em outra ação de favorecimento às operadoras de planos de saúde, foi indicado para dirigir a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) o médico José Carlos Abrahão, presidente da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços. Ele é contra o ressarcimento pelos planos de saúde ao SUS. Idec, Abrasco e Cebes buscam a rejeição do nome de Abrahão no Senado, informou *O Globo* (4/4).

Ouvida pela *Radis*, a professora Ligia Bahia, da UFRJ, disse que a emenda que alivia as empresas de encargo financeiro é “irmã” da MP 619, que aumentava as deduções fiscais das operadoras e que virou lei. “Hoje as empresas estão praticamente isentas de pagar Cofins e Pasep”, apontou. Ela considerou, no entanto, que, no caso da MP 627, as denúncias tiveram maior repercussão e a anistia às multas deverá ser vetada. Quanto à nomeação do novo diretor, disse, será mais difícil. “Trata-se de ponto mais sensível para a coalizão política governamental em ano eleitoral”, considera.

Brasil tem 1ª geração de crianças sem fome

O governo anunciou (18/3) que a conquista no país da primeira geração de crianças sem fome, com acesso a alimentação e a escola. O anúncio foi feito pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, na abertura da abertura da 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional +2, informou o Portal Brasil do Governo Federal (19/3). “O Brasil se orgulha de ser uma das primeiras nações latino-americanas a quebrar o ciclo geracional da pobreza que há séculos domina a história do país”, disse a ministra. Ela apresentou, ainda, o balanço do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015, informando que o índice de desnutrição aguda (déficit de peso para a idade) em crianças menores de cinco anos é inferior a 1,8%. “Estamos a um passo de comemorar a superação da desnutrição aguda no país”, afirmou, apontando que as crianças estão na escola e se alimentando bem. Ela citou o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que já beneficiou 43 milhões de estudantes da rede pública.

Entre os indicadores sociais da última década, Tereza Campello destacou a



redução da pobreza, de 24,25%, em 2002, para 8,55%, em 2012 e da extrema pobreza, de 8,8% para 3,5%. “Avançamos muito nos últimos dez anos e uma das primeiras conquistas foi trazer as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e a de combate à fome para a agenda política do país”, disse.

A ministra lembrou também que o Brasil superou, em 2012, a meta dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) de reduzir a mortalidade infantil em dois terços até 2015. Em 1990, o Brasil registrava 62 mortes por mil nascidos vivos, relação que baixou para 14 mortes por mil, em 2012. “Somos o país que mais reduziu a mortalidade infantil”, destacou.

‘Pai canguru’

A estratégia de assistência aos bebês prematuros de retirá-los da incubadora em alguns momentos do dia para que tenha contato com a mãe (*mãe canguru*) vem sendo estendida aos pais, em hospitais da rede municipal e federal, informou *O Estado de S. Paulo* (15/3). No Rio de Janeiro, o Hospital Rocha Faria, foi o primeiro da rede estadual a adotar a experiência do *pai canguru*, por Carlos Vinícius de Lima Silva, de 29 anos, que acolheu o filho Heitor, nascido aos sete meses de gestação e cuja mãe precisou ir para a UTI. Três vezes por dia, Heitor ficava preso ao corpo do pai com ataduras, permanecendo assim por uma hora. “A primeira vez foi indescritível. Dá para sentir o batimento do coraçãozinho, o calor do corpo”, contou o pai.

A mesma experiência viveu Thiago de Oliveira, com a pequena Ágata Vitória (foto). “Ela fica calminha quando estamos juntos. Acho que está feliz”, relatou, em entrevista ao site da Secretaria de Saúde (17/3). “Os bebês têm a recuperação mais rápida quando o pai participa do processo. Mas a grande função é a integração da família. O pai passa a participar mais dos cuidados”, explicou a coordenadora de Neonatologia do hospital, Angélica Svaiter.

De acordo com a reportagem do *Estadão*, o Ministério da Saúde estabelece meta de internação em UTI neonatal por, no máximo, 14 dias. No Rocha Faria, esse tempo, que chegava a 22 dias em 2012, baixou para 13. A estratégia canguru, ao lado de práticas como o bebê mamar na primeira hora de nascido e receber shantala (massagem), contribuem para um tempo de internação menor, informou o hospital.

No Instituto Fernandes Figueira, da Fiocruz, no Rio de Janeiro, a técnica foi ampliada para as avós. Em 2012, foi inaugurada a Unidade Canguru, fora da UTI, para esse atendimento. De acordo com o médico João Henrique Leme, chefe de atenção clínica ao recém-nascido, o método canguru tem origem na Colômbia, onde a experiência envolve toda a família. “Tem muita mãe adolescente, solteira, e a avó participa dos cuidados. Essa é uma realidade próxima da que temos”, explicou. “Com a ‘família canguru’, o bebê ganha peso e há fortalecimento do vínculo familiar”.



FOTO: MAURICIO BAZILIO / SES

Brasileiro tolera violência contra a mulher

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou (3/4) errata à pesquisa *Tolerância social à violência contra as mulheres*, apresentada em 27/3 e que mostrava que a maioria dos brasileiros considera que a mulher provoca os ataques dos quais é vítima. O resultado inicial indicava que 65,1% dos entrevistados concordam inteiramente (42,7%) ou parcialmente (22,4%) com a frase *Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas*, quando o índice correto é 26%. De acordo com o presidente do Ipea, Marcelo Neri (*O Globo*, 7/4), houve um erro nas planilhas e os índices foram trocados, mas as conclusões gerais da pesquisa não mudaram e apontam para a responsabilização da mulher. Ele ressaltou outro índice encontrado, correto, de 58,5% que concordam totalmente (35,3%) ou parcialmente (23,2%) que *Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros*.

A divulgação do índice de 65% havia provocado imediata reação da sociedade, expressa sobretudo nas redes sociais,

contra aqueles que culpam a mulher pela violência sofrida. Em 28/3, circulou na internet o movimento *#Eu não mereço ser estuprada*, liderado pela jornalista Nana Queiroz (primeira da foto à esquerda). Ela convocou mulheres a postar, em horário marcado, uma foto em que aparecem sem roupa da cintura para cima, com um cartaz tampando os seios trazendo os dizeres do movimento. De imediato, 2 mil mulheres de diversas faixas etárias aderiram. O movimento teve também adesão masculina e de famílias inteiras.

A mobilização, ainda que baseada no índice equivocado, teve razão de ser. Em uma espécie de confirmação dos resultados obtidos pelo Ipea, Nana Queiroz foi alvo de centenas de ameaças nas redes sociais, de pessoas desejando que ela fosse estuprada ou prontificando-se a fazê-lo por conta própria. A jornalista recebeu apoio da presidenta Dilma Rousseff.

A pesquisa do Ipea ouviu 3.810 pessoas, entre maio e junho do ano passado, em 212 cidades, sendo 66,5% mulheres. Entre outros dados, ainda, foi verificado que 64% dos entrevistados consideram

que *Os homens devem ser a cabeça do lar* e que *Casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família*; e cerca de um terço dos brasileiros aceita, total ou parcialmente, que a mulher casada deve satisfazer o marido na cama, mesmo sem vontade (27%).

Contraditoriamente, 78,1% dos entrevistados informaram concordar totalmente que *Homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia* e 85% (parcial ou totalmente) *Quando há violência, os casais devem se separar*.

Os pesquisadores observaram que essa contradição é apenas aparente e que retrato encontrado pela pesquisa tem como base a aceitação de um modelo que coloca o homem como referência em todos os espaços sociais, como cita a revista *Carta Capital* (27/3). "O ordenamento patriarcal permanece muito presente em nossa cultura e é cotidianamente reforçado na desvalorização de todas as características ligadas ao feminino, na violência doméstica, na aceitação da violência sexual", conclui o estudo.



Trabalho doméstico: lei ainda espera regulamentação

A Lei do Trabalho Doméstico (Emenda Constitucional 72) completou um ano (2/4) desde que foi promulgada, sem que até hoje tenha sido regulamentada, informou a Agência Brasil (2/4). A lei iguala direitos dos trabalhadores domésticos com os dos demais trabalhadores urbanos e rurais. A alteração na Constituição garantiu aos domésticos 16 novos direitos, alguns, com pontos polêmicos, à espera de regulamentação: indenização em demissões sem justa causa, obrigatoriedade de conta no FGTS, salário-família, adicional noturno, seguro-desemprego e seguro contra acidente de trabalho, informou o portal de notícias G1 (2/4).

Depois da promulgação da lei (2/4/2013), o Senado criou o Projeto de Lei 224/2013 para regulamentar direitos que ficaram fora do texto e acabou fazendo

mudanças na proposta original, como o fim da multa de 40% em caso de demissão sem justa causa. O projeto está parado na Câmara desde julho. Representantes dos trabalhadores domésticos estiveram na Câmara para registrar o aniversário da promulgação da lei e cobrar que o projeto seja discutido em plenário, informou, ainda, a Agência Brasil. A presidenta da Associação Brasileira das Empregadas Domésticas, Trabalhadoras e Trabalhadores do Lar do Distrito Federal e Entorno, Samara da Silva, criticou a paralisação da tramitação: "Nós vivemos em uma sociedade que não tem igualdade de direitos, por sermos negras e pobres, acham que nós não temos direito a ter um emprego digno, mas nós queremos ser valorizadas".

A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu a revisão do texto

aprovado pelo Senado. "A flexibilização do projeto para a proteção do empregador é prejudicial para a trabalhadora doméstica", disse, observando que criam-se brechas e que o empregador não precisará cumprir todos os direitos. "Ninguém vai aceitar que a trabalhadora ganhe diferente, descanse diferente, tenha os direitos diferentes", argumentou.

Samara defendeu a aprovação de medidas que beneficiem sobretudo as trabalhadoras, como adicional para trabalho noturno, salário-família e garantia de assistência a dependentes de até cinco anos de idade, em creches e pré-escolas. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, de 2011, mostram que, dos 6,6 milhões de trabalhadores domésticos do Brasil à época, 92,6% são mulheres.

Resolução proíbe publicidade dirigida a crianças

O Diário Oficial da União publicou (4/4), resolução que considera abusiva toda publicidade direcionada a crianças, informou o site do Instituto Alana (5/4). Com a resolução (nº 163, de 13 de março de 2014), do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda), anúncios impressos, comerciais televisivos, spots de rádio, banners e sites, embalagens, promoções, merchandising, ações em shows e apresentações e nos pontos de venda dirigidos a crianças ficam proibidos. De acordo com o texto “a prática do direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica à criança com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” é ilegal.

Caracterizam abuso os seguintes aspectos: linguagem infantil; efeitos especiais e excessos de cores; trilhas sonoras de



músicas infantis ou cantadas por vozes de criança; representação de criança; pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil; personagens ou apresentadores infantis; desenho animado ou de animação; bonecos ou similares; e promoção com competição ou jogos, distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis e

com apelos ao público infantil;

Composto por entidades da sociedade civil e ministérios do Governo Federal, o Conanda considera que a publicidade infantil fere o que está previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor. “A partir de agora, temos que fiscalizar as empresas para que redirecionem ao público adulto toda a comunicação mercadológica que hoje tem a criança como público-alvo, cumprindo assim o que determina a resolução do Conanda e o Código de Defesa do Consumidor”, diz Pedro Affonso Hartung, conselheiro do Conanda e advogado do Instituto Alana, que integra o conselho. “É um momento histórico. Um novo paradigma para a promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente no Brasil”, considerou.

Mudanças climáticas: mais risco de conflitos, enchentes e fome

O aumento das emissões de CO2 elevará durante este século os riscos de conflitos, fome e enchentes. A afirmação está na segunda parte do quinto relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), divulgado em 30/3, em Tóquio, no Japão. Se não forem estancadas as emissões dos gases causadores do efeito estufa, os danos podem ter custo de bilhões de dólares. Além disso, serão necessárias medidas contra os efeitos das mudanças climáticas e do aumento da temperatura do planeta, que já começam a ser notados e vão piorar com cada grau centígrado a mais, informou o site UOL (30/3). A fome poderá ser severa nos países tropicais e subtropicais, e a Amazônia, um dos ecossistemas mais prejudicados, ao lado dos polos e dos pequenos Estados insulares do Oceano Pacífico, bem como os litorais marítimos de todos os continentes, informou ainda o estudo, que teve a primeira parte divulgada em setembro do ano passado (*Radis* 134).

Nas Américas do Sul e Central, os desafios são escassez de água em áreas

semiáridas, inundações em zonas urbanas superpovoadas, queda da produção alimentar e propagação de doenças transmitidas por mosquitos. As cidades do continente, diz ainda o documento, devem se preparar para modificar seus planos de urbanismo e de tratamento de água, e adaptar a produção agrícola a períodos de seca ou de grandes chuvas.

O relatório é resultado de deliberações entre centenas de cientistas, desde que a comunidade internacional aprovou a criação do IPCC, em 1988. Trata-se de um “manual de instruções para se enfrentar a mudança climática” e para entender suas implicações, como explicou o coautor Chris Field, da Carnegie Institution, nos Estados Unidos.

A edição anterior do relatório, de 2007, valeu ao IPCC o Prêmio Nobel da Paz, mas seu sucesso e visibilidade não resultaram na mobilização necessária. A Conferência do Clima de Copenhague, que se realizou depois de sua publicação, em 2009 (*Radis* 90), e que se dedicaria a obter um pacto para enfrentar as mudanças climáticas, foi considerada um

fracasso. A quinta edição do documento detalha de forma mais extensa o alcance do problema, que se acelerou a partir do século 20.

As temperaturas vão subir entre 0,3 e 4,8 graus centígrados neste século, o que se soma ao 0,7 grau centígrado calculado desde o início da Revolução Industrial, e o nível dos mares aumentará entre 26 e 82 centímetros até 2100. O IPCC reivindica um pacto mundial até o final de 2015 para limitar o aumento da temperatura a até 2 graus no século atual. De acordo com o relatório, o aquecimento global é irreversível, mas pode ser reduzido drasticamente, com o controle das emissões de CO2. Medidas que podem ser aplicadas de imediato são “baratas e fáceis”, como reduzir o desperdício de água, ampliar as áreas verdes nas cidades e proibir assentamentos humanos em zonas de alto risco. 

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

Radis Adverte

INVESTIR EM EDUCAÇÃO FAZ BEM À ECONOMIA DO PAÍS E À CIDADANIA DOS BRASILEIROS.



Hidrelétricas e catástrofe

Reportagem da Rede Brasil Atual (9/4) mostrou que não há como dissociar a cheia histórica do rio Madeira, que desde janeiro veio assolando as populações urbanas e ribeirinhas, inundando Porto Velho (RO) e depois isolando o Acre, da construção das hidrelétricas na Amazônia. Mesmo provocado por um fenômeno climático típico do verão andino, o quadro de catástrofe se agravou com a operação de Santo Antonio e Jirau, em Rondônia, atestaram estudiosos.

Tanto que as empresas Santo Antônio Energia (SAE) e Usina de Santo Antônio e Energia Sustentável do Brasil, responsáveis pelas usinas, terão que refazer os Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima), como determinou a Justiça Federal, acatando ação do Ministério Público Federal de Rondônia.

Consultor do parecer técnico do EIA/Rima, o biólogo Philip Fernside, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), já alertava para os

graves impactos ambientais das usinas e considera que a elevação dos níveis das águas dos reservatórios de Santo Antônio e Jirau pode, sim, ter agravado as inundações e erosões das margens do rio Madeira. A natureza não é sócia desses empreendimentos.



FOTO: FOTOSPÚBLICAS.COM

'Xaveco' e desrespeito

Em meio a denúncias de abuso sexual e atentado ao pudor ocorridos nos transportes públicos, o Metrô de São Paulo veiculou em março, na rádio Transamérica, uma desrespeitosa e infeliz propaganda, em que o locutor, identificado como Gavião, termina dizendo que "trem cheio é bom pra *xavecar* a mulherada". E emenda: "Foi assim que eu conheci a Giscreuza". Forçando erros de concordância, mencionando "os *trem* e as *estação*", o personagem procura justificar que "nos *horário* de pico" é normal o transporte ficar lotado, e anuncia que o governo de São Paulo está "investindo pesado em transporte sobre trilhos". Deputados estaduais de São Paulo entraram com representação (25/3) contra o governo do Estado e o Metrô, pelo anúncio "sexista e estigmatizante". A peça foi tirada do ar. O Metrô informou que não havia aprovado sua veiculação, mas *descarrilou* de qualquer modo, vinculado a um episódio que expressa o tratamento ofensivo que continua a vitimar as mulheres, nos meios de transporte e nos meios de comunicação.

SUS para os pobres

Um leitor atento percebe que já na abertura a reportagem *O caos da saúde em números*, publicada em *O Globo* (27/3), traduz visão privatizante da saúde, na qual o SUS não pertence a todos os brasileiros, tratando-se, sim, de um sistema para pobres. A reportagem, que apresenta resultados de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), após visita a 116 hospitais e pronto-socorros do país, busca tomar as dores dos "brasileiros que dependem da saúde pública", ou seja, daqueles *coitados* que não têm plano de saúde. E trata

da "realidade de penúria nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS)", como se essa fosse uma rede paralela à rede oficial formada pelos hospitais privados, aos quais a população que tem plano tem acesso.

Os números apontam déficit de médicos e enfermeiros em 81% das unidades visitadas e falta de remédios e ataduras, em 56%, entre outros dados. Esse cenário precisa ser denunciado, mas não como um ataque ao SUS e sim como convocação para que defendamos o sistema público, um bem de todos os brasileiros.

Enfermeiros, sim



FOTO: SATEMPE

Entidades de Enfermagem de Pernambuco divulgaram carta endereçada à TV Globo Nordeste, solicitando direito de resposta a reportagem realizada (3/4) em unidade de saúde do Recife, considerada "desrespeitosa com o profissional enfermeiro" e demonstrando desconhecimento da repórter sobre o funcionamento do SUS. "Enfermeiros atendendo no lugar de médicos?", quis denunciar a jornalista, sem saber que o profissional de Enfermagem tem como atribuição no SUS atender protocolos como prescrições de medicamentos e consulta de enfermagem.

A reportagem termina com a afirmação de que "ninguém vai ao posto para ser atendido por enfermeiros, o povo quer médicos", equivocando-se mais uma vez. "Opiniões sem embasamento teórico, conceitual ou político, geram posturas preconceituosas, desarticulam movimentos populares e processos que estão em fase de consolidação, a exemplo do SUS", diz a carta das entidades.

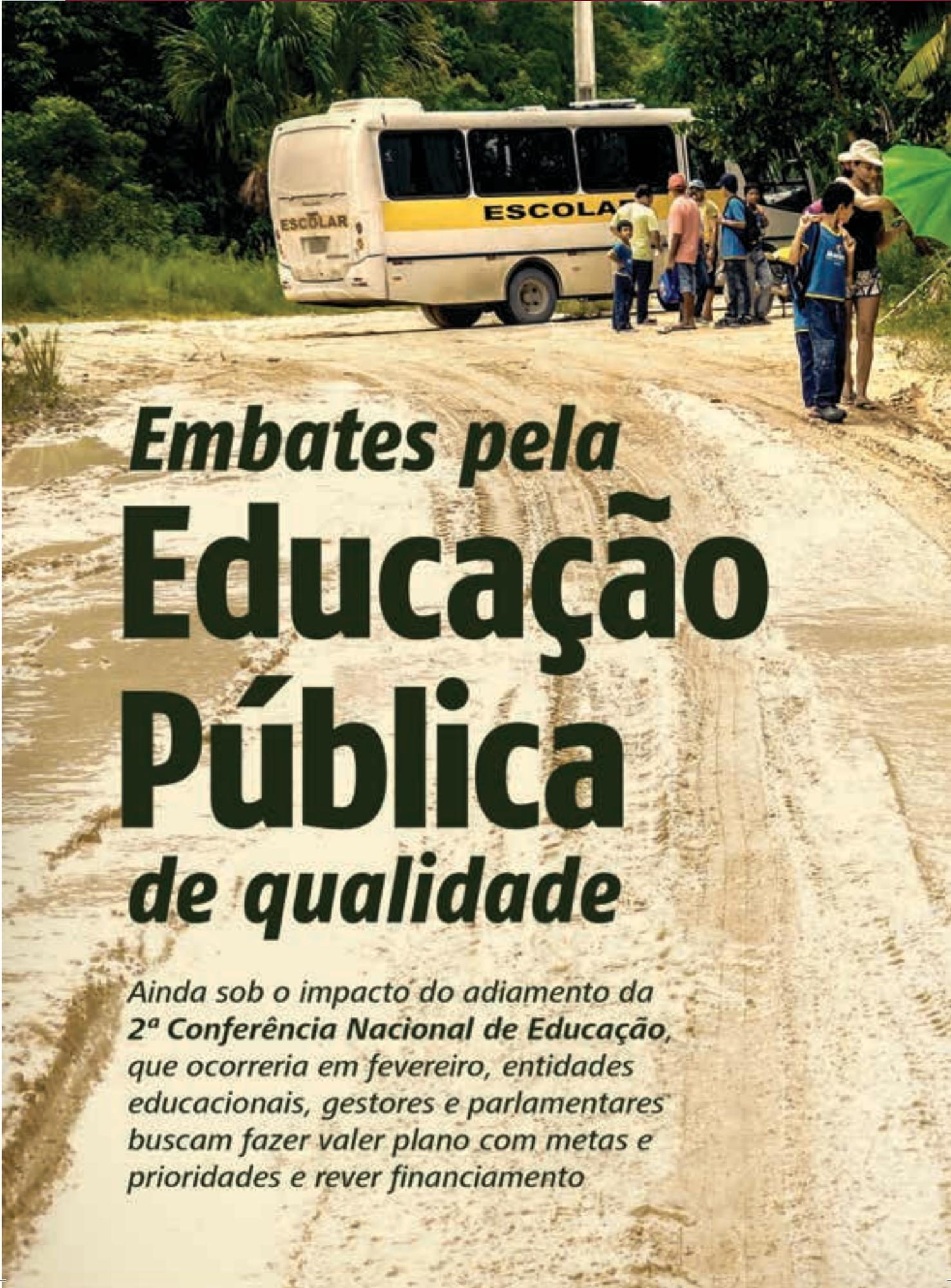
'Ralo' da dívida pública

Cálculos da Auditoria Cidadã da Dívida Pública – Núcleo Rio de Janeiro mostram que na ordem de prioridades do Governo Federal, a amortização e o pagamento da dívida pública brasileira ganha longe da preocupação com o bem estar da população. A previsão orçamentária para 2014 de 16 itens cruciais para a garantia da qualidade de vida dos brasileiros (como saúde, educação, habitação, saneamento, cultura, transporte e ciência e tecnologia) corresponde a 15,51% (ou R\$ 366,18 bilhões) do orçamento federal. À dívida pública estão destinados 42% do orçamento (R\$ 1 trilhão)!

Para a Auditoria Cidadã, toda a mobilização se faz necessária para mudar

as prioridades do governo, em prol das pessoas que aqui vivem, como mostrou reportagem da *Radis* (137). Até 17 de fevereiro, mostram os cálculos, a dívida pública consumiu R\$ 203 bilhões, ou 65% gasto federal. Em 2013, o governo desembolsou R\$ 711 bilhões para esse fim, o que daria para pagar três folhas salariais dos servidores públicos (militares, civis, aposentados e pensionistas). Definitivamente, não é de falta de recursos que sofre o país.





Embates pela Educação Pública de qualidade

Ainda sob o impacto do adiamento da 2ª Conferência Nacional de Educação, que ocorreria em fevereiro, entidades educacionais, gestores e parlamentares buscam fazer valer plano com metas e prioridades e rever financiamento



Ana Cláudia Peres e Liseane Morosini

Foram muitos os embates travados entre representantes de entidades da sociedade civil, governo e parlamentares. Em disputa, o Plano Nacional de Educação (PNE), projeto de lei que vai determinar as metas, as prioridades e o planejamento da Educação nacional para os próximos dez anos. Aprovado durante a 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae) — que contou com a participação de 3 mil pessoas em 2010 (*Radis 94*) — e demanda histórica explicitada pela Constituição Federal, o novo PNE ainda não é uma realidade — embora devesse estar vigorando desde 2011, logo depois de expirar o plano decenal anterior.

Polêmica, a votação do PNE ganharia força com a realização da 2ª Conae, marcada inicialmente para o

período de 17 a 21 de fevereiro, como previa a Portaria nº 1.410 do *Diário Oficial*, e cancelada na última hora pelo Ministério da Educação (MEC), sendo reagendada para novembro. Depois de uma queda de braço entre Câmara dos Deputados e Senado, que apresentavam versões diferentes para o projeto, o texto base do PNE foi finalmente aprovado na Comissão Especial da Câmara, em sessão do dia 23 de abril. Está prevista para este mês a votação dos últimos destaques que fazem alterações pontuais no texto. Depois disso, o projeto ainda seguirá para votação no plenário da Casa e só então para sanção presidencial.

O PNE disciplina o funcionamento do Sistema Nacional de Educação e orquestra a ação da União, dos estados e dos municípios para o setor. “Sem um PNE, corremos o enorme risco de continuar com a concorrência entre esses entes na oferta de

Arlindo (E): "Sem um plano nacional, cada estado ou município atua segundo seus entusiasmos"; Daniel: depois do desafio de aprovar, assegurar que seja implementado



FOTO: ANA CHAFFIN / MEC



FOTO: ARTIDES DOUTRA

matrículas da educação, quando na verdade deveríamos ter a colaboração. Basicamente, estão todos em um mesmo barco, mas cada um remando para um lado", alerta o coordenador geral da Campanha Nacional pela Educação, Daniel Cara, que integra o Fórum Nacional de Educação (FNE), constituído em 2010, na 1ª Conae, e responsável por encaminhar as deliberações da conferência e acompanhar a construção do PNE.

Diferentemente do plano anterior, que vigorou de 2000 a 2010 e contava com 295 metas, o novo PNE contempla 20 metas desdobradas em um conjunto de estratégias para sua concretização. Como apenas um terço das metas anteriores foram cumpridas, na prática, segundo o próprio Ministério da Educação, há um vazio no planejamento de políticas locais de estados e municípios desde o fim da vigência do último plano. "É muito ruim, do ponto de vista das institucionalidades, ficar sem uma lei que estabeleça ritmos e prazos para que a educação se efetive enquanto direito e com a qualidade que corresponde a esse direito", reconhece Arlindo Queiroz, diretor de Programas da Secretaria Executiva Adjunta do Ministério da Educação (SEA/MEC) e coordenador de sistematização do FNE. "Sem um plano nacional, cada estado ou município atua segundo seus entusiasmos".

DINHEIRO PÚBLICO

Na base da proposta do novo PNE, está o entendimento de que o dinheiro público deve ser direcionado apenas para a educação pública e que

Financiamento da Educação, ponto polêmico: 10% do PIB como meta e garantia de dinheiro público para a educação pública

a União precisa ampliar a sua participação junto a estados e municípios ao encaminhar mais verbas para a educação. Entre as diretrizes do Plano, estão a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar e a superação das desigualdades educacionais. O PNE também destina 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para o setor. Hoje, esse investimento é de 5,5% do PIB.

O desafio não é pequeno. Mesmo depois de aprovado, o plano enfrentará uma prova de fôlego. Logo em sua primeira meta, aponta que o país terá de universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade — em 2012, esse percentual era de 82,2%, de acordo com dados do Observatório do PNE — e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do Plano, contra os 25% de 2012. Já a meta 5 do PNE preconiza a alfabetização de todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental. No que diz respeito à formação de professores, a meta é garantir que, no prazo de um ano, todos os professores e professoras da Educação Básica tenham formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (ver quadro na pág. 14).

Segundo Daniel Cara, depois de ter o PNE aprovado, a sociedade civil deverá discutir como a lei sairá do papel para se tornar realidade já que as metas norteiam a definição de políticas a serem implementadas nos estados e municípios. "Nosso grande desafio era fazer com que o plano fosse aprovado, mas não qualquer plano. Depois, ainda teremos que assegurar que ele seja realmente implementado", observa.

A análise é compartilhada pela professora Catarina de Almeida, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e diretora da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae-DF). "Temos especificidades regionais e locais e é importante que estados e municípios planejem suas ações para garantir a qualidade na educação", diz Catarina. "Isso vai depender muito da articulação da sociedade civil porque, no geral, quem está no comando nem sempre tem vontade política para fazer acontecer".

Além disso, durante a primeira votação do PNE na Câmara, o deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) chamou a atenção para o fato de o Orçamento no Brasil "não ser autorizativo". Enquanto em sua



FOTO: AGÊNCIA BRASIL

planilha de custos o MEC calcula que o Brasil precisa investir aproximadamente R\$ 61,058 bilhões na próxima década para cumprir com as metas do novo PNE, estudo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação apresenta necessidade de R\$ 169,830 bilhões. “A efetivação dessas verbas ainda depende de mobilização ao longo dos próximos dez anos”, alertou o deputado.

IDAS E VINDAS

Seguindo a tramitação regular, o texto do Projeto de Lei do PNE foi primeiramente encaminhado à Câmara dos Deputados e depois remetido para o Senado Federal, que fez mudanças expressivas nos artigos e metas originais — 44 alterações ao todo. O texto, então, voltou novamente à Câmara, onde foi objeto de nova apreciação por parte da Comissão Especial que debateu e votou os destaques do projeto, revendo, em especial a Meta 20, que trata do financiamento da educação.

Na reta final, três pontos polêmicos ficaram em destaque, levando a inúmeras sessões de debate. Aceitando a reivindicação de deputados da oposição e de parte da base aliada, além de representantes de entidades da sociedade civil, o governo se comprometeu a investir pelo menos 7% do PIB na área, nos primeiros cinco anos de vigência do plano, e 10%, ao final de dez anos. “Esse percentual vai garantir que a gente avance de uma situação de nenhum padrão de qualidade para um padrão mínimo de qualidade”, diz Daniel, reforçando a importância do financiamento para a educação. “A qualidade na educação depende da relação professor e aluno e para que essa relação seja profícua é preciso que o professor esteja motivado, com boas condições de trabalho, e que os alunos tenham condição de aprendizagem”.

Outro ponto polêmico dizia respeito à implantação, no prazo de dois anos da vigência do PNE, do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) até a implementação plena do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), conceitos formulados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, fortalecidos por pesquisadores e aprovados na 1ª Conae. Esses dois parâmetros vão determinar o montante de recursos necessários para que qualquer aluno do país tenha garantida uma educação de qualidade.

O CAQi calcula quanto a educação pública custa por aluno ao ano, considerando salário inicial condigno, política de carreira e formação continuada aos profissionais, número adequado de alunos por turma, além de brinquedotecas, bibliotecas, quadra poliesportiva coberta, laboratórios de informática e laboratórios de ciências, entre tantos outros itens. Em valores de 2008, um aluno de ensino médio deveria custar R\$ 2.209,80 por ano, enquanto no ensino fundamental, aproximadamente R\$ 2.100, de acordo com o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Por meio de simulações baseadas no índice de Gini (que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo), entre outros achados, a Campanha mensurou que a implementação do CAQi, desde que viabilizado pela complementação da União, é capaz de — em um ano — reduzir em 12% a desigualdade de renda verificada entre



Alfabetizar todas as crianças no máximo até o fim do 3º ano do Ensino Fundamental é uma das metas do PNE

municípios brasileiros. Essa consiste em uma das tarefas mais importantes para o país e para a viabilização do direito à educação: como o investimento inicial é alto, já que precisa ser direcionado para infraestrutura, o PNE prevê a complementação de recursos financeiros pela União para todos os estados, o Distrito Federal e os municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.

PARTICIPAÇÃO DECISIVA

Foi esse justamente o pomo da discórdia. A complementação de recursos pela União havia sido suprimida na versão do PNE do Senado, mas, no retorno à Câmara, foi mantida no relatório final do deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR). Em carta aberta à sociedade brasileira e ao Congresso Nacional, um dia após a votação do destaque na Comissão Especial, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação elogiou o compromisso do relator do PNE por considerar que, com a redação, foi dado o primeiro passo para atender uma demanda presente na Constituição Federal, segundo a qual, por meio de uma Lei específica, a União (Governo Federal) terá de exercer “função redistributiva e supletiva, de forma a garantir

equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios”.

A Campanha considera a participação da União na educação básica decisiva para a universalização da qualidade do ensino e a garantia da aprendizagem, além de ser uma medida de justiça federativa. “Hoje, estados e municípios são os maiores responsáveis pela oferta de educação básica. E a União tem que entrar com maior participação”, diz Catarina, que lembra que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece a corresponsabilidade entre todos os entes federativos. A oferta de vagas na educação infantil é de responsabilidade dos municípios; o Ensino Fundamental, de municípios e estados; e o Ensino Médio, apenas dos estados. A União organiza o sistema e regula o Ensino Superior.

“O poder de arrecadação de estados e municípios é infinitamente menor do que o da União, especialmente os municípios são os que menos arrecadam e terminam tendo a maior incumbência”, diz Catarina, apontando também as disparidades regionais e locais entre estados e municípios. O CAQ entra no cenário para garantir o mesmo padrão de qualidade em âmbito nacional, levando em conta fatores como número médio de alunos por turma; efetivação do piso nacional

salarial do magistério; política de carreira; política de formação continuada, entre outros.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), desde 2009 a União não aumenta sua participação no investimento direto em educação, colaborando com apenas 1% do PIB. Os governos estaduais investiam 2% do PIB diretamente em educação pública, em 2009. O percentual mais recente é de 2,2%. No caso das prefeituras, a taxa subiu de 1,9% para 2,3% do PIB.

Em tese de doutorado sobre *Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da educação básica*, o professor Luiz Araújo, da Universidade de Brasília (UnB), mostrou que a União terá de ampliar esse investimento para fazer valer o CAQ. O pesquisador estimou, em 2011, que eram necessários R\$ 54 bilhões para que todas as escolas brasileiras atinjam esse patamar mínimo de qualidade (ver entrevista na pág. 18).

PALAVRA ‘PÚBLICA’ SUPRIMIDA

Mais do que qualquer outro assunto, a maior polêmica do PNE girou em torno do ponto que tratava de maneira indistinta o investimento em educação pública e o investimento em programas

20 METAS DO PNE

1 EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.

2 ENSINO FUNDAMENTAL

Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

3 ENSINO MÉDIO

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%

4 EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

5 ALFABETIZAÇÃO

Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental.

6 EDUCAÇÃO INTEGRAL

Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% das(as) alunos(as) da Educação Básica.

7 APRENDIZADO ADEQUADO NA IDADE CERTA

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias nacionais para o IdéB.

8 ESCOLARIDADE MÉDIA

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e das 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

9 ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO DE JOVENS E ADULTOS

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

10 EJA INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, na forma integrada à Educação Profissional, nos Ensinos Fundamental e Médio.

que estabelecem parcerias público-privadas. De acordo com a primeira versão do texto da Câmara, o direcionamento de recursos públicos estava previsto para a educação pública. Alterado pelo Senado, o trecho teve a palavra *pública* suprimida, abrindo brecha para a transferência de recursos públicos para programas privados.

“O jeito que foi sugerido pelo Senado inclui tudo, a educação pública e mais todos os outros programas propostos pelo Ministério da Educação”, explica Daniel. “Como não foram nomeados os programas no texto, abriu-se chance para que abrangesse *voucher*, contratação de matrícula de ensino privado em educação básica e outros mais”. Segundo ele, esses são programas importantes, porém devem ter prazo e limites orçamentários definidos.

Assim, em 31 de março, mais de 60 entidades, faculdades de Educação e movimentos educacionais solicitaram — por meio de uma carta aberta — que não fosse contabilizado como investimento público em educação pública iniciativas emergenciais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o programa Ciências Sem Fronteiras e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além de matrículas em creches e pré-escolas conveniadas.

Mas a carta não surtiu o efeito esperado. Em votação na Comissão Especial no dia 23 de

abril, com 11 votos favoráveis e oito contrários, foi mantido o texto que permite que os recursos dos programas e expansão da educação profissional e superior, inclusive incentivos e isenção fiscal, bolsas de estudos no país e exterior, subsídios para programas de financiamento estudantil e convênios da educação infantil e da educação especial sejam contabilizados como investimento público em educação.

GÊNERO E RELIGIÃO

Entre as várias forças em disputa no Congresso, a bancada religiosa, em especial, a católica, marcou presença. Por conta da pressão desse grupo, foi também alterada no texto aprovado pela Câmara em 2012 a referência à igualdade de gênero e de orientação sexual como uma das estratégias para superar disparidades. Contrários a esse trecho por promover uma “ideologia de gênero”, parlamentares liderados pela maioria católica passaram a defender a posição do Senado, que não trazia esse detalhamento.

À Agência Câmara, o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ) afirmou que as críticas ao texto tinham por fundo “argumentos religiosos”, enquanto o Brasil é um Estado laico. “É fundamental que o PNE contemple, nas diretrizes do ensino,

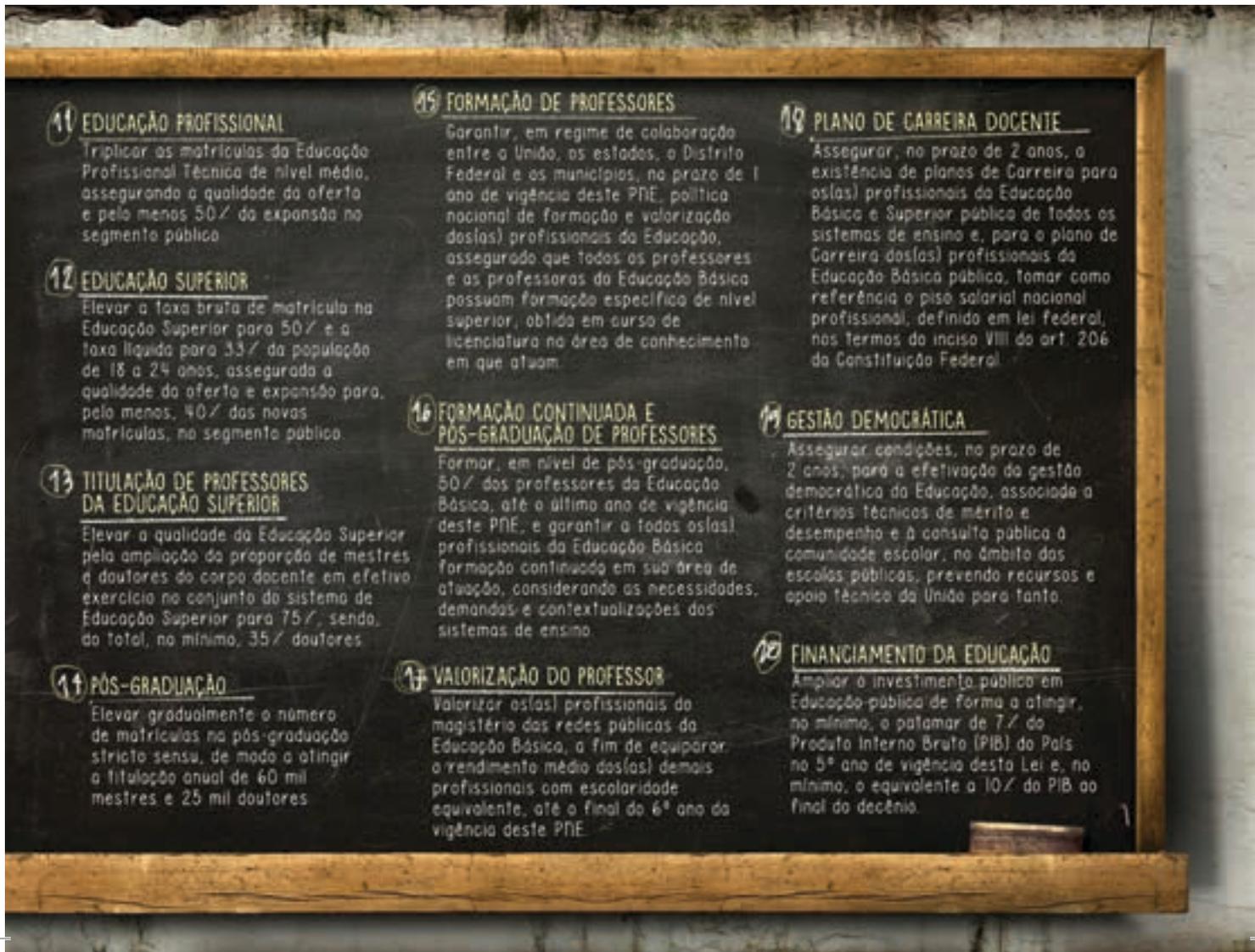




FOTO: MARCELO CAMARGO / AGENCIA BRASIL

Melhores condições de trabalho para os professores são defendidas em quatro itens do plano

conteúdos de gênero e identidade de gênero, porque a própria Constituição diz que é objetivo da República promover o bem de todos, sem discriminação de origem, raça, sexo e quaisquer outras formas de discriminação”, argumentou.

Para Daniel Cara, o que está por trás da postura dos parlamentares religiosos é um *lobby* fundamentalista. “Eles consideram que estamos querendo transformar a educação num instrumento ideológico da libertinagem. Queriam mudar inclusive a linguagem de gênero em todo o projeto”, disse. “Mas o nosso desafio é enfrentar a discriminação de gênero. E a educação tem que se preocupar com isso”.

Apreciado agora na Comissão Especial, o texto base do PNE manteve o trecho do Senado que

fala apenas em “erradicação de todas as formas de discriminação”, em substituição à versão original da Câmara que dizia que “São diretrizes do PNE a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Parlamentares que votaram a favor da promoção da igualdade de gênero e orientação sexual lamentaram o que consideraram um retrocesso. “A escola, mais que outro lugar, não pode reproduzir os preconceitos da sociedade”, disse a deputada Fátima Bezerra (PT-RN), em reportagem da Agência Brasil.

RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL

A Comissão Especial da Câmara aprovou ainda o prazo de um ano após a sanção do PNE para a aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional, discutida desde 2006, que seguirá os moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com ela, governos das três esferas públicas vão prestar contas e podem ser punidos caso não atinjam metas de investimento na educação. O projeto estabelece responsabilidades de gestores públicos na melhoria da qualidade do ensino e prevê também que as secretarias de Educação recebam auxílio e capacitação técnica para melhor gerir o orçamento. As escolas, por exemplo, terão de manter o ensino fundamental universal e integral com jornada de sete horas; o ensino médio segue regra similar, mas com o mínimo de cinco horas; e há foco para o exercício do trabalho e a valorização da carreira de professor, entre tantas outras medidas.

Conferência adiada

Prevista para se realizar de 17 a 21 de fevereiro, a 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae) deveria ter sido momento estratégico para fortalecer a pressão pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE). Contudo, alegando questões administrativas e financeiras, o Ministério da Educação cancelou o evento às vésperas de sua realização. A medida foi considerada arbitrária e unilateral pela comunidade educacional (*Radis* 138) que entendeu que o governo buscou esvaziar a conferência no momento em que 3,5 mil delegados e outros mil observadores

estariam reunidos em Brasília e poderiam pressionar pela aprovação do texto da Câmara contra a versão proposta pelo Senado.

Para Arlindo Queiroz, diretor de Programas da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação (SEA/MEC) e integrante do Fórum Nacional de Educação (FNE), o adiamento não deve enfraquecer nem reduzir a importância da Conae. “O importante é que a gente entenda a Conferência como um órgão de Estado e não de governo. O grande avanço é consolidá-lo independentemente das conjunturas”, diz Arlindo, reafirmando que o debate foi transferido para novembro, entre os dias 17 e 23, quando será possível aprovar posicionamentos e recomendações para a educação do país.

De acordo com Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a transferência representou prejuízo mas, se o PNE já estiver aprovado na nova data, a Conae será um fórum para se discutirem os mecanismos de controle social do plano e orientar outras importantes questões como a de um Sistema Nacional de Educação (SNE), que respeite o modelo federativo mas funcione de modo articulado e reforce o princípio de regime de colaboração.

Carlos Roberto Jamil Cury, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Jamil Cury: Sistema Nacional de Educação vai favorecer pactuação entre União, estados e municípios e evidenciar diversidade



FOTO: ANPED

(PUC-MG) e um dos maiores especialistas no assunto, disse à *Radis* que o desafio é pôr em ação a consistência da Emenda Constitucional 59/09, “admiravelmente aprovada pelo Senado”, que estabelece o SNE. Para Jamil, a importância do sistema reside em melhorar a definição do que seja nacional na educação, evitando uma dispersão formativa e evidenciando a diversidade do país. Será ainda o caminho para estabelecer o que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para os currículos como sendo a base nacional comum enriquecida pelas peculiaridades regionais e locais. Além disso, permitirá “atuação mais proativa da União”, esclarecendo as funções redistributiva, técnica e supletiva, bem como a definição de um modelo regulatório para os sistemas de ensino, compreendendo aí as redes de ensino privadas. “Mas o mais importante de tudo”, completa Jamil, “espero que seja um sistema estabelecido por pactuação interfederativa dado o princípio constitucional da gestão democrática”.

DOCUMENTO-BASE

No primeiro semestre de 2013, a mobilização para a Conae envolveu 2.824 encontros municipais e intermunicipais, que reuniram 776 mil pessoas. No segundo semestre, foram 27 conferências nos estados e no Distrito Federal, com 22.175 participantes. Nesse período, foi elaborado o documento-base que orientará os debates na etapa nacional da conferência, sob o tema *O PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração*. O documento-base condensou 11.488 registros de inserção, cadastrados pelos fóruns estaduais. Esses registros continham cerca de 30 mil emendas às propostas existentes ou novas propostas. Dessas, quase 6 mil foram aprovadas e irão a plenário em novembro.

Tanto o Plano quanto o Sistema Nacional de Educação estão no eixo 1 do documento que orienta a 2ª Conferência. Fazem parte ainda temas ligados ao financiamento da educação; direito do estudante à formação integral; democratização do acesso; permanência, avaliação, condições de participação e aprendizagem; gestão democrática, participação popular e controle social; e valorização dos profissionais; entre outros pontos-chaves para a garantia da qualidade da educação.

Objeto do eixo 7, o financiamento promete ocupar boa parte dos debates da Conae. No documento-base, há propostas que garantem o financiamento de 100% da taxa de matrícula líquida para ensino fundamental e médio. Além disso, a proposta de

número 457 garante que os 10% do PIB sejam aplicados exclusivamente na educação pública e a proposta 464 estabelece a regulamentação e efetiva implantação do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e Custo-Aluno Qualidade (CAQ), com base no que foi aprovado no Projeto de lei do PNE.

Outro ponto que promete movimentar a Conferência diz respeito à avaliação e ao fortalecimento da gestão democrática da educação, tema do eixo 5, e que, entre outras recomendações, orienta a criação de conselhos nas escolas e a eleição direta. Pelo documento-base, não apenas diretores mas reitores devem ser eleitos de forma paritária. “Isso contempla o diálogo com o movimento social e viabiliza as condições dos colegiados, do conselho escolar e dos conselhos municipais, estaduais e nacional, fortalecendo a autonomia desses órgãos, no sentido de que exerçam um papel de mediação social junto ao Fórum e à Conae”, diz Arlindo Queiroz.

No eixo 3, *Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: cultura, ciência, tecnologia, saúde, meio ambiente*, o documento sugere a intersetorialidade. “A educação é uma unidade na diversidade, um campo que deve estar em constante diálogo com outros campos”, diz Arlindo.

AUTONOMIA

Existem, ainda, propostas para garantir a autonomia, inclusive financeira, dos instrumentos democráticos de representação, como o Fórum Nacional de Educação, ponto que merece toda atenção, segundo a presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação, Helena de Freitas. Composto por 35 entidades representantes da sociedade civil e do poder público, o FNE tem como função acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas a partir do PNE..

“O Fórum tem papel importante como instância da sociedade, como órgão de Estado, não de governo. Só que não chega nesse ponto. Tem também a tarefa de organizar a Conae o que acaba se sobrepondo às ações de acompanhar a política. Caberia ao FNE se expressar sobre todas as leis que estão no congresso”, considera Helena.

Em nota divulgada em março, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação pede, entre outros itens, que o FNE tenha mais autonomia, inclusive política e orçamentária, e que seja reafirmado e fortalecido como um espaço de encontros, articulação de ações, monitoramento e, sobretudo, decisões sobre os temas de sua competência.

SAIBA MAIS

Campanha Nacional pelo

Direito à Educação

www.campanhaeducacao.org.br

Conferência Nacional de

Educação (Conae 2014)

<http://conae2014.mec.gov.br>

Fórum Nacional de Educação

<http://fne.mec.gov.br>

Observatório do PNE

www.observatoriodopne.org.br



FOTO: ARISTIDES DUTRA

A 1ª Conae, em 2010, aprovou o novo PNE e instituiu o Fórum Nacional de Educação para encaminhar deliberações da conferência

ENTREVISTA/LUIZ ARAÚJO

Nova lógica para pensar o financiamento educacional



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Em meio às discussões sobre o Plano Nacional de Educação, a *Radis* conversou com o professor da Universidade de Brasília (UnB) Luiz Araújo, que, em fevereiro, defendeu a tese *Limites e possibilidades da redução das desigualdades territoriais por meio do financiamento da educação básica*, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Baseado nos estudos do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e em outras pesquisas sobre

o assunto, o pesquisador diz que o Governo Federal precisa investir R\$ 54 bilhões para garantir uma educação de qualidade.

O que motivou sua pesquisa?

Várias motivações se entrelaçaram. A primeira foi a constatação de que vivemos numa federação marcada por profundas desigualdades territoriais, situação que permite que um brasileiro receba serviços públicos muito diferenciados a depender do local onde reside. A segunda veio da necessidade de que a política de fundos — Fundef [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério] e depois o Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica] — precisa ser mensurada nas suas capacidades de incidir na diminuição dessas desigualdades. E a terceira é que cabe à União o papel de equalizar as desigualdades e, desde a década de 90, ela vem se afastando desta responsabilidade. E, por fim, combater as desigualdades significa problematizar o fato de que, passados 25 anos de sua promulgação, o dispositivo constitucional que manda ter um padrão mínimo de qualidade continua sem regulamentação e efetividade.

Como chegou aos R\$ 54 bilhões que o país precisa investir para garantia de uma educação de qualidade para todos?

Minha tese escolheu os municípios como variável para mensurar as desigualdades territoriais em matéria educacional. As matrículas são, a maioria, municipais e quase metade dos docentes também, e os municípios, muito desiguais entre si. Mensurei primeiro, os efeitos na redução das desigualdades da política atual do Fundeb e depois, usando a mesma metodologia de redistribuição dos recursos do fundo, testei quatro cenários alternativos e verifiquei se a situação seria melhor. Estabeleci o padrão mínimo de qualidade para definir essa redistribuição. Achei quanto custaria para termos um padrão mínimo de qualidade e depois verifiquei o quanto a União deveria ajudar pra que todos os estados e municípios chegassem a esse patamar. O valor de R\$ 54 bilhões é a diferença entre o quanto

seria necessário complementar e o quanto a União aplicou em 2011, ano base dos cálculos que realizei.

Esse valor viria todo do Governo Federal?

Sim, porque é o ente federado que menos contribui com a sustentação da política educacional nos dias de hoje. Veja bem, em 2012, último dado disponível, o Brasil gastou 5,5% do PIB com educação pública mas, desse percentual, apenas 1% saiu dos cofres da União. O valor que achei equivale a passar essa contribuição para 2,3%, um crescimento compatível com a concentração de tributos nas mãos do governo central em nosso país.

É possível estabelecer uma maior contribuição estadual e municipal?

Nas planilhas, claro que é. Mas na vida real, com a sobrecarga de responsabilidades que estes entes assumiram nas últimas décadas, especialmente os municípios, isso não seria justo.

Que benefícios traria a implementação de uma ferramenta como o CAQi para a educação brasileira?

São vários. O CAQi muda a lógica de pensar o financiamento educacional. Devemos partir do patamar de atendimento que nossa sociedade considera aceitável, ou seja, do padrão mínimo de qualidade, traduzido em insumos básicos, para depois prever o quanto estamos dispostos a investir nessa educação que julgamos necessária. E ao fazer isso estamos dando tratamento mais condizente com a concepção de educação como direito de todos. O CAQi força o direcionamento de recursos mais substantivos para as regiões mais pobres do país, elevando a qualidade da prestação dos serviços educacionais. E força também um equilíbrio mais real na divisão dos recursos entre os entes federados.

O que impede o MEC de homologar o CAQi?

Não quer gastar mais com educação. É simples assim. Não existe falta de capacidade técnica para construir um CAQi alternativo, caso fossem verdadeiros os argumentos de que esse possui fragilidades técnicas. Caso fosse feito qualquer esforço de reelaboração do CAQi, ele chegaria à conclusão de que as bases atuais precisariam ser revistas e isso somente aconteceria com maior aporte de recursos federais. Há quase que uma cláusula pétrea na política brasileira que impede mudarmos de rumo na macroeconomia. Os mercados sempre estão em primeiro lugar e a área social vive das migalhas desta política. Há uma clara intenção de não deixar que ocorra um debate de revisão do papel da União no pacto federativo educacional. Infelizmente muitos governadores e prefeitos não levam a sério sua autonomia e também reforçam essa lógica, trocando apoios políticos por programas emergenciais. (Ana Cláudia Peres)



Um PASSADO a se DESVENDAR

Abertura do ano letivo da Fiocruz repudia anos de chumbo e lembra brasileiros que lutaram pela democracia

Bruno Dominguez

N^o ano em que o Brasil lembra os 50 anos do golpe que instaurou a ditadura civil-militar no país, a Fundação Oswaldo Cruz abriu seu ano letivo, em 18 de março, no auditório da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp), com painel, conferência e exposição que repudiaram o regime, lembraram seus crimes e pediram o resgate da história dos brasileiros que lutaram pela democracia.

Na conferência *Arquivos da ditadura*, a historiadora e cientista política Heloisa Starling apontou quatro grandes “silêncios” que impedem a construção da memória dos anos de chumbo no Brasil. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e uma das fundadoras do Projeto República (núcleo de estudo do período histórico republicano brasileiro), Heloisa tratou em sua fala do papel da sociedade brasileira e dos empresários no apoio ao regime militar, entre outros pontos ainda obscuros do período (ver matéria na pág. 21).

A relação entre ciência e democracia, ressaltou o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, não é natural: ao se fazer ciência, não se garante que ela seja necessariamente democrática, que atenda as demandas da sociedade e seja apropriada pela população. “Ao definirmos este tema, estamos afirmando um compromisso da instituição. É uma construção política”, disse.

O debate também se justificou pelo momento atual do Brasil, em que o Estado continua praticando violências contra seus cidadãos, acrescentou o diretor do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), Umberto

Trigueiros, citando como exemplo o caso da auxiliar de serviços gerais Claudia Silva Ferreira, que, em 16 de março, foi baleada durante troca de tiros entre a Polícia Militar e traficantes, no Rio de Janeiro, e teve seu corpo arrastado por um carro da PM enquanto era levada ao hospital.

SOCIEDADE DE EXCLUSÃO

“Para que remexer essas memórias? Para construir uma sociedade melhor. Olhar para o passado interessa para conhecer quem somos e o que queremos para o futuro, para evitar que situações de violência sigam se repetindo — e elas estão se repetindo. Ainda vivemos em uma sociedade de exclusão, em que as pessoas mais pobres não têm direitos básicos”, avaliou Umberto.

O diretor da Ensp, Hermano Castro, foi outra voz a indicar que, apesar da redemocratização, a violência contra os mais pobres não cessou: “As comunidades de baixa renda são atacadas pelo Estado. Mudou a forma de dominação”. Para ele, observar a história não deve servir apenas para trazer ensinamentos, mas também para gerar transformação social.

Umberto lembrou que, em 1964, era um estudante de 16 anos que participava da Federação de Estudantes Secundaristas de Niterói. Durante a ditadura, foi preso por participar do movimento estudantil, passou por torturas e chegou a ser exilado. A vice-presidente do Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública (Asfoc-SN), Justa Helena Franco, também relatou sua experiência pessoal, emocionando os participantes. O pai dela, como tantos outros anônimos, foi preso por lutar pela democracia



FOTOS: PETER ILICIEV / FIOCRUZ

Renato (E) e a defesa de reparação aos pesquisadores do Massacre de Manguinhos: carreiras destruídas, laboratórios fechados e estagiários expulsos

— história que ela acompanhou ainda criança: “Ele morreu defendendo aquilo em que acreditava”.

O pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) Renato Cordeiro, considerado um dos “filhos científicos” de Haity Moussatché, cientista referência mundial em Farmacologia, contou sobre as consequências da ditadura na Fiocruz, de onde dez pesquisadores foram afastados, com seus direitos políticos suspensos, no episódio chamado de Massacre de Manguinhos, em 1970 (*Radis* 120).

“Carreiras foram destruídas, laboratórios, fechados e estagiários, expulsos”, citou. Além de Haity, foram aposentados compulsoriamente Herman Lent, Moacyr Vaz de Andrade, Augusto Cid de Mello Perissé, Hugo de Souza Lopes, Sebastião José de Oliveira, Fernando Braga Ubatuba, Tito Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque, Masao Goto e Domingos Arthur Machado Filho, reintegrados aos quadros da fundação em 1986. “O país ainda deve reparação a eles e a todos os que sofreram a consequência dessa perseguição”, disse.

RESGATE NA SAÚDE

Na Saúde, um dos mecanismos que buscam recuperar um passado ainda mal resolvido na história política e social brasileira é a recém-instaurada Comissão da Verdade da Reforma Sanitária. “A gente sabe muito pouco sobre coisas que pensa que sabe. As experiências individuais não se coletivizam. E o conhecimento que as pessoas têm sobre o que aconteceu nesse período é muito importante de ser trabalhado”, avaliou a presidente da comissão, a médica sanitária Anamaria Tambellini.

Tambellini explicou que a Comissão da Verdade da Reforma Sanitária começou a ser pensada a partir da constatação dos membros da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2012, de que, sozinhos, não dariam conta de revelar todas as violações de direitos

ocorridas no Brasil. Assim, abriu-se a possibilidade de se fundarem comissões complementares, entre elas uma dos trabalhadores da saúde.

A referência à Reforma Sanitária no nome, e não expressamente à saúde, se deveu ao fato de o movimento da Reforma Sanitária ter apresentado à sociedade brasileira uma proposta de democracia, contou Tambellini. “Os sanitaristas são do Partido da Vida. Queremos descobrir o que aconteceu com trabalhadores da saúde que lutavam pela vida não só nos grandes centros, mas também na cidadezinha do Pará onde igualmente houve repressão”, disse.

PERSEGUIÇÃO INSTITUCIONAL

Assim, o objetivo da comissão é identificar todos os trabalhadores da saúde, de qualquer nível e profissão, dos setores público ou privado, que em algum momento da ditadura tiveram sua liberdade violada. “Não estamos interessados em reparação. Para isso, existem as comissões estaduais e nacional. Queremos saber as consequências desses atos na vida dos violados, o que aconteceu com a saúde, com o trabalho deles”, disse a sanitária, ressaltando que serão investigados não só casos de morte e de prisões. “Queremos saber das perseguições dentro de instituições de saúde. Como essas instituições agiram. Quem foram os trabalhadores que ajudaram a ditadura a violar direitos. Quais diretores e presidentes de instituições impediram trabalhadores de tomar posse”, citou. Para ela, não devemos nos satisfazer em saber pouco: “Quem quer saber quer saber tudo”.

A comissão já trabalha a partir de seis princípios: Procura da verdade e a coragem de enfrentar o passado; Postura democrática e a transparência; Solidariedade; Escuta e valorização da voz dos violados; Rigor no tratamento das informações; e Princípios da ética da pesquisa e do direito. Tambellini destacou que o objetivo do grupo está além da recuperação da memória: inclui uma face pedagógica, via publicização de depoimentos e documentos.

“Pretendemos que essa história seja permeável e transparente, para que as pessoas entendam o período, especialmente aquelas que não passaram por violações ou pensam que não passaram. Queremos levar a um momento reflexivo para pensarmos como transformamos a nossa proposta de democracia na democracia de hoje. Será que era por isso que a gente lutava e pelo que muitos perderam a vida? A democracia que temos é uma obra acabada ou pode ser melhor?”.

Justa (D), ao lado de Gadelha: emoção no relato sobre o pai, um dos tantos anônimos perseguidos por lutar pela democracia



DESVELANDO os 'SILÊNCIOS' da DITADURA

Se a historiografia brasileira avançou muito nos 50 anos pós-golpe militar, ainda há quatro grandes “silêncios” que embotam a memória do período da ditadura no país, avaliou a historiadora e cientista política Heloisa Starling, conferencista do evento de abertura do ano letivo da Fiocruz.

O primeiro “silêncio” é o apoio da sociedade brasileira ao regime militar: quem promoveu e quem apoiou sua gênese e sua continuidade. Dentro desse silêncio, disse Heloisa, está abrigado um mais específico: a participação dos empresários brasileiros no financiamento e na sustentação da estrutura repressiva. “Sabemos do protagonismo dos empresários no momento do golpe, inclusive com dinheiro vivo para pagar a gasolina dos tanques, mas falta saber se atuaram como classe para manter a complexa estrutura de repressão”, indicou.

O segundo silêncio é a convivência entre militares e empresários no que diz respeito a grandes escândalos de corrupção na ditadura. Ela cita, entre outros, os casos do Instituto Brasileiro do Café e o da construção da ponte Rio-Niterói. “Não sabemos nada sobre a participação de empresários, como se deu, e o tamanho da corrupção”, disse. Daí deriva o terceiro silêncio: quais empresários foram escorraçados e tiveram seus negócios prejudicados porque não se reconheceram na gênese da ditadura ou não quiseram se vincular a ela, apontou.

CRIMES NO CAMPO

O quarto silêncio da ditadura é a prática de violência pelo Estado brasileiro contra populações específicas. “Sabemos das práticas contra a esquerda, mas muito pouco dos crimes cometidos contra camponeses e indígenas”, explicou. “O mapeamento de mortos e desaparecidos no campo entre 1964 e 1985 é difícil”, disse. Levantamentos apontam 1.010 assassinatos, mas a maior parte dos crimes segue sem identificação ou quase nenhuma informação conclusiva, segundo Heloisa.

“São crimes cometidos por jagunços, capangas, grupos de extermínio privados, que contaram com a omissão do Estado brasileiro, mas que até hoje não se reconhece como crimes políticos. A repressão no campo combinou uma forma muito arcaica (os jagunços) com o que havia de mais moderno nas forças armadas. Por estar sob a responsabilidade de grupos de extermínio privados, impede que o Estado seja responsabilizado pelo que aconteceu”. Heloisa pesquisa esses crimes e chegou a 1,4 mil nomes de mortos no campo no período. O trabalho é cobrir todos os estados, identificar a autoria e o lugar da morte, entre outros dados.

ÍNDIOS COMO ALVO

Sobre as mortes de indígenas também há pouca informação, acrescentou ela. Uma novidade recente foi a descoberta, no Museu do Índio do Rio de Janeiro, do Relatório Figueiredo, produzido em 1967 e 1968 pelo procurador Jader Figueiredo, incumbido pelos militares de investigar irregularidades em órgãos de proteção aos indígenas. O documento, de 7 mil páginas, esteve desaparecido por mais de 30 anos e foi encontrado pelo pesquisador e vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo, Marcelo Zelic. “O documento tem um valor incrível, pois é o único produzido pelo Estado brasileiro, durante a ditadura, reconhecendo os crimes cometidos contra a população indígena”, avaliou.

Ao final de sua conferência, Heloisa, que também está à frente do projeto do Caminhão-Museu, que percorre cidades para levar aos habitantes a história dos conflitos de terra no país (ver matéria na pág. 22) apresentou um vídeo com imagens dos anos de ditadura militar no Brasil. Manifestações nas ruas, violência policial, desfiles militares, propagandas de elogio ao governo e às Forças Armadas, sob o som de músicas de protesto. A plateia, emocionada, a aplaudiu de pé. 



Heloisa: apoio da sociedade ao regime, participação de empresários e violência contra grupos específicos precisam ser levantados

Museu sobre rodas

A bordo de um caminhão, exposição percorre o Brasil contando a história dos conflitos de terra no país



Ana Cláudia Peres

Se é verdade que o Brasil não conhece o Brasil, como diz a canção, nada como pegar carona em um caminhão-museu que narra — de maneira ilustrada e com muito rigor — uma parte da nossa história. Pelo menos aquela parte turbulenta das questões fundiárias, dos conflitos agrários e da luta pela terra. Dos índios a Chico Mendes, passando por Antônio Conselheiro, o direito a um lugar para plantar e viver é o mote da exposição itinerante *Sentimentos da Terra* — fruto de parceria entre o Projeto República, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário —, que vem percorrendo as cidades brasileiras.

Em março, desembarcou na Fiocruz, no Rio de Janeiro, ocupando o espaço ao lado do Museu da Vida. De dentro do compacto caminhão amarelo, salta uma bagagem colossal de informações. Logo na entrada, são armados oito painéis coloridos com referências a personagens dessa história. O escritor Euclides da Cunha (1866-1909) faz parêntese com o político Leonel Brizola (1922-2004), que está ali ladeado pelo conservador Visconde do Uruguai e por Sepé Tiaraju, o guerreiro considerado símbolo de resistência do povo guarani, no século 18, entre outros. É só a porta de entrada.

Por uma escada lateral, chega-se à biblioteca, um complexo em que livros raros estão ao alcance do visitante dividindo o espaço com computadores conectados à internet. A tecnologia dá o ar da graça ainda na TV interativa, que exhibe, a um só toque, textos e *trailers* de documentários sobre o assunto. “A ideia é fazer o público interagir com a história o tempo inteiro”, diz Anderson Ferreira, estudante do quarto período de Teatro na UFMG, um dos seis bolsistas que participam da equipe do caminhão-museu no papel de mediador, enquanto apresenta aos visitantes o programa de rádio online *Decantando a República*, produzido pela UFMG, cujo objetivo é promover um diálogo entre a canção popular, o pensamento político e a história do Brasil.

Antes de chegar às salas de cinema, é possível parar numa tenda e vestir-se a caráter para ser fotografado ao lado de painéis com recortes temáticos. Rapidamente, o visitante pode se transformar em um cangaceiro do bando de Lampião ou numa mítica Chica da Silva, mas também pode ostentar a pose de um latifundiário, se quiser. No local, há ainda um palco para karaokês ou pequenas intervenções artísticas, onde a história das contendas pela terra é narrada de diferentes maneiras — algumas delas, com o auxílio do teatro de papel. Toda a programação visual e cenografia da exposição é assinada pelo designer e cenógrafo

Caminhão-museu já estacionou em nove cidades, trazendo na bagagem painéis históricos, biblioteca, TV interativa e videodocumentários



SAIBA MAIS

• Para agendar a exposição itinerante Sentimentos da Terra: sentimentosdaterra@gmail.com ou (31) 3409-6498.

• Vídeo de divulgação da exposição
<http://goo.gl/S5x0lr>

Gringo Cardia. A curadoria está a cargo da historiadora Heloísa Starling, da UFMG.

DOCUMENTÁRIOS

Fica na lateral esquerda do caminhão-museu a escada que leva ao melhor da exposição: onze videodocumentários, com textos produzidos por historiadores e roteirizados por equipe especializada, são exibidos ininterruptamente. Com recursos de animação, cada um deles dura em média 20 minutos. São narrados por artistas como Chico Buarque, Vera Holtz, José Wilker, Dira Paes e Leticia Sabatela, cujas vozes foram cedidas gratuitamente para o projeto.

Maria Bethânia empresta a sua para *Canudos*, sobre a saga de Antônio Conselheiro no sertão nordestino, em 1896. O vídeo traz evidências da ação violenta do Estado brasileiro diante dessa experiência social e política que desafiou os poderosos da época por trazer, em sua prática, elementos que questionavam a forma de posse e uso da terra no país. De arrepiar, ouvir na voz da cantora baiana o épico trecho final de *Os Sertões* sobre o massacre: “Eram quatro apenas, um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente 5 mil soldados”.

Gilberto Gil narra *Quilombolas*, sobre a trajetória da diáspora negra, expressa pelo tráfico e pela escravização da população africana no Brasil. Em *Repressão e violência no campo*, por exemplo, há informações sobre a Guerrilha do Araguaia, a luta dos povos da floresta, o assassinato de líderes religiosos em diversas regiões do país e a repressão no campo desde 1960 até a primeira década deste século. O texto, na voz do ator Marcos Palmeira, conta que, a partir da instalação do regime autoritário de 1964, o Brasil passou a tratar a questão agrária por uma ótica repressiva, com o uso de aparatos e forças militares e paramilitares, o evidente favorecimento às empresas agrárias e o estímulo à violência dos grandes proprietários contra as lideranças e os movimentos dos trabalhadores sem-terra.

“Essa é a minha primeira viagem com o caminhão”, conta a monitora Kelly Morato, estudante

de História na UFMG, empolgada com a reação do público. “Tem sido uma experiência riquíssima contar histórias que só encontramos nos livros ao mesmo tempo em que ouvimos outras complementares por parte dos visitantes. É uma via de mão dupla”. Durante a passagem por Goiânia, o monitor Vinicius Zampieri, que está na trupe desde o início, ouviu de um latifundiário que a exposição estaria “incitando as manifestações” e teria caráter partidário. “Mas nós não fazemos militância. Estamos contando os muitos lados da história dos conflitos pela terra como resultado de uma pesquisa rigorosa”, descarta.

PARADAS

O espírito é mambembe. Já se vão nove paradas desde a estreia da exposição, em setembro do ano passado no Festival de História de Diamantina (MG), Belo Horizonte (MG), Jequitibá (MG), Pouso Alegre (MG), Poços de Caldas (MG), Goiânia (GO), São Paulo (SP), Limeira (SP), Araçoiaba da Serra (SP) e, mais recentemente, Rio de Janeiro (RJ) estiveram na rota do caminhão-museu. Estão previstas viagens para Brasília e para cidades das regiões Norte e Nordeste, ainda sem data marcada. Quem tiver interesse em agendar um pouso na sua cidade pode entrar em contato pelo endereço eletrônico sentimentosdaterra@gmail.com ou pelo telefone (31) 3409-6498.

Durante a passagem pelo Rio, a exposição foi conferida por João Pedro Stédile, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e ativista pela Reforma Agrária no país. A estudante de mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) Lucélia Guedes, que pesquisa as populações escrava e indígena, gostou do que viu. “O projeto é muito válido. Acho incrível a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a luta pela terra. Precisamos olhar para o passado e ver o que ele nos conta”, diz ela, torcendo para que, ao lançar luzes sobre nossa memória, experiências como a do caminhão-museu ajudem a evitar uma marcha à ré na história. 

Na biblioteca, livros raros estão ao alcance dos visitantes e dividem espaço com computadores conectados à internet



Marildo Menegat

'Estamos livres para criar uma nova forma de existência'

Ana Cláudia Peres

Na aula inaugural da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), em março, o professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Marildo Menegat lotou o auditório para discutir *Barbárie e estado de exceção*. Da Grécia antiga aos novíssimos movimentos sociais, do Holocausto à crise da Modernidade, tudo se transformou em pistas que ajudam a percorrer o confuso labirinto dos tempos atuais.

Dias depois, *Radis* conversou com o professor, um filósofo de vocação marxista e “pesquisador militante”, como se define, em seu apartamento, no Rio de Janeiro. Da janela do escritório, ele assiste ao ruído da vida urbana que, para ele, está agonizando. Tanto quanto a sociedade burguesa e as forças produtivas do capitalismo. Nesta entrevista, Marildo analisa as manifestações que tomaram as ruas do Brasil desde junho do ano passado, a exemplo de outros movimentos ao redor do planeta, como uma reação a esse quadro histórico.

Autor dos livros *Depois do fim do mundo* e *O Olho da barbárie*, ele diz que, diante dos impasses do capitalismo, o mundo começa a viver em estado permanente de barbárie. Mas ainda acredita na capacidade de reinvenção da experiência humana. Desde que, segundo ele, levem-se em conta alternativas radicais.

O que significa a barbárie no mundo contemporâneo?

Primeiro, seria necessário dizer que existe uma reação negativa da filosofia em relação ao estatuto desse conceito. Vários filósofos pensaram a barbárie, mas não deram a este conceito uma centralidade. Para a filosofia moderna, o movimento de expansão da Europa sobre o mundo é um momento civilizatório. Parto do pressuposto de que a expansão da Europa pelo mundo — ou seja, o capitalismo — é, ao mesmo tempo, um movimento de uma forma particular de civilização que se realiza por meio da barbárie. Em tempos anteriores, chegamos a viver momentos civilizatórios que se intercalavam com momentos de barbárie. Mas agora, no capitalismo tardio, dada sua crise estrutural, a barbárie tem se tornado um estado permanente. Na formulação que faço desse conceito, desde os anos 1970/80, principalmente na periferia do capitalismo, estamos vivendo um processo em que a barbárie é o próprio modo de ser do nosso cotidiano. Não uso o termo como um adjetivo para qualificar alguns fatos, mas como um modo substantivo de compreensão do real.

FOTOS: CAROLINA NIEMEYER



Nesse caso, o que seria o oposto a isso: a civilização ou as utopias?

O que conhecemos pela experiência de civilização até hoje nunca existiu sem sua contraface: a barbárie. Esta contraface esteve presente desde as primeiras experiências de civilização, que servem de modelo para o Ocidente, como a grega — sociedade fundada no trabalho escravo, uma face crua da barbárie, e se desfez pela Guerra do Peloponeso, uma guerra civil.

Como pensar um momento de emancipação humana que fuja dessa armadilha?

O grande ponto de inflexão está em pensar a negação do que existe aí, para, depois, pensar como positivamos outro mundo. É preciso desmontar a forma de organização produtiva industrial do capitalismo. Hoje, corremos o risco de destruir sem volta aquilo que garante a vida no planeta. Os laços sociais também são destruídos. Por isso, é imperativa a crítica às forças produtivas que se tornaram forças de destruição. Um segundo aspecto a ser negado é que não é natural que se produza uma massa imensa de indivíduos cujas necessidades só podem ser satisfeitas se eles venderem sua força de trabalho. Ora, a centralidade que o trabalho ganhou simplifica o que podemos chamar de existência humana, a tal ponto que dividimos a existência entre o tempo de trabalho e o tempo livre, sendo que este sempre leva a pior. Qualquer forma de sociedade emancipada terá de acertar suas contas com isso. Um terceiro aspecto é que o Estado também não é um dado natural. Essa

ideia de que toda sociedade precisa de um nível de organização política-estatal é falsa — bastaria buscarmos exemplos na história (há boas pesquisas antropológicas), de experiências de povos que se organizavam sem a instância estatal. Os momentos mais interessantes das lutas políticas no Ocidente foram aqueles em que se negou o Estado e a sociedade se auto-organizou.

“O que os novíssimos movimentos sociais tendem a construir é uma outra sociabilidade, sem a mediação do dinheiro. E isso é novo”

Por que precisamos nos livrar da experiência do Estado?

Porque o Estado é por definição uma instância de autoridade violenta e de tutela infantilizadora das pessoas. Ele só pode existir usurpando à força — uma força direta ou subliminar — as capacidades de autodeterminação dos indivíduos. Sempre que há utilização da força, não há liberdade. O que isso implica? Que uma sociedade

emancipada deve ser necessariamente auto-organizada. Ainda há um quarto elemento importante nesse quadro: não existe uma única forma de sermos humanos. Essa ideia de que existe o humano como universal é eurocêntrica, cara apenas ao processo de difusão e imposição do capitalismo.

Estamos vivendo uma crise do capitalismo ou só mais uma crise dentro do capitalismo?

O capitalismo é a crise. Não há como o capitalismo existir, desde os anos 1970, senão através da crise. A crise é o limite dessa forma social histórica, que só vai continuar existindo por aquilo que produz de destrutivo. Esse limite a que o capitalismo chegou é o da sua lógica interna. Toda forma social tem uma lógica constitutiva interna que define a sua singularidade histórica. O escravismo antigo, por exemplo, tinha como lógica conseguir escravos em grande quantidade para que outra parcela da sociedade vivesse no ócio. Isso implicava estabilização de uma organização política, econômica e social que se reproduzia, a certa altura, autonomamente. Aquela lógica se esgotou e, a certa altura, a quantidade de homens livres cresceu tanto que se tornou impossível aquela massa de escravos, decrescente, dar conta.

A lógica da sociedade moderna é mais complexa...

Evidentemente. Esta é uma sociedade cujas práticas sociais precisam ser mobilizadas e centralizadas a partir da acumulação incessante de capital. Isso move a vida cotidiana o tempo inteiro. Dentro ou fora de casa, não há um único momento em que não estejamos gastando alguma mercadoria. Portanto, tudo na vida da sociedade burguesa existe em função da acumulação de capital, da valorização de valor. Existe apenas uma forma de o capital produzir valor: pela exploração do trabalho humano. Qualquer capitalista calcula seus custos em função desse excedente de tempo que retira da jornada de trabalho dos seus operários. Mas há um detalhe: ao mesmo tempo em que o capital precisa do trabalho para produzir o valor, também precisa economizar trabalho vivo, para fazer frente à competição. Ele faz isso desenvolvendo a técnica. Chegou um momento da história desta sociedade em que a Terceira Revolução Técnico-Científica,

que passou a utilizar a microeletrônica, poupou de tal modo trabalho vivo que hoje o capital total acumulado no mundo já não encontra condições de rentabilidade. Capital parado é capital que se destrói. Há excesso de acumulação e falta de boas oportunidades de investimento rentáveis, como foi antigamente abrir fábricas.

Quais as dimensões dessa crise? O que vem depois?

Existem três tipos de crise. As crises cíclicas, de superprodução de um ciclo econômico, que são conjunturais e podem durar um ano ou dois, são pequenas recessões ou recessões mais profundas. Segundo, as crises sistêmicas, como a de 1929, em que elementos da reprodução do sistema chegam ao limite, produzindo longas depressões, porém, ainda não eram limites intransponíveis, como mostraram os *30 anos gloriosos do capitalismo* pós-Segunda Guerra. Em terceiro lugar, há a crise estrutural, que possui um estatuto histórico único. A origem dessa crise é o limite a que já me referi: o sistema apenas existe como uma lógica insana de transformação do valor em mais valor, mas as condições para isso, a utilização de trabalho vivo produtivo, se esgotaram devido ao alto desenvolvimento das forças industriais de produção. Dois sintomas em que esse limite pode ser observado são o desemprego estrutural e a importância do capital especulativo. Na especulação, gera-se um fenômeno em que se tenta produzir mais dinheiro do próprio dinheiro. Dinheiro transforma-se em mais dinheiro pela mediação do trabalho humano. Como podemos explicar a riqueza de um sujeito como [o empresário] Eike Batista, que se tornou o sétimo homem mais rico do mundo sem praticamente produzir um único parafuso? É uma riqueza especulativa, papel, não decorre da produção. É a primeira (e única) vez na história que nos deparamos com uma crise estrutural. O capitalismo é uma forma fetichista de vida social, que se governa a si mesmo de modo inconsciente. Se não temos consciência de que ele é a crise, vamos viver achando que essa forma de vida de hoje é eterna — algo como os romanos viveram na queda do Império.

Podemos dizer que as revoltas no mundo árabe; o movimento ‘Occupy’, nos Estados Unidos; os Indignados, na Europa, ou mesmo a ida às ruas desde junho no Brasil são sintomas de resistência a essa crise? O que essas manifestações querem nos dizer?

O termo que você utilizou já diz bastante: um sintoma. Uma reação (logo, sem consciência) ao processo de crise estrutural do capitalismo. O que essa moçada está sentindo — e que é algo em comum em todos os cantos e latitudes do mundo — é que, para essa geração, não há futuro. Porque, se o futuro de um ser humano na sociedade burguesa é vender sua força de trabalho e, no quadro histórico em que entramos, esta se tornou mercadoria que não há quem esteja disposto a comprar, então, eles não têm futuro nenhum. Serão absolutamente dispensáveis. Além dessa percepção, eles também intuem que suas existências no modo de vida atual são um desperdício. São duas coisas muito interessantes: primeiro, não há futuro; e depois, se a sociedade só tem isso para oferecer a esses

indivíduos, talvez esse futuro que lhes foi negado também não lhes interesse.

O que essas manifestações produzem de diferente nesse cenário?

Angústia, apenas. As rebeliões chamam a atenção para o fato de que há perplexidade, mas não há condições dessa geração produzir algo de novo se repetir as velhas receitas. No modelo anterior de lutas e resistências, em que a luta de classes funcionava, existia a sociedade burguesa e existia a possibilidade de se distribuir riqueza. A riqueza tinha lastro material, não era essa ficção. Existia um horizonte em que buscar melhorias por meio da luta política, do direito, era viável. O centro da minha análise é que a sociedade burguesa é uma sociedade alienada, não temos consciência do mundo que produzimos e esse mundo tem uma dinâmica que nos leva à barbárie.

A energia das ruas, a ocupação desse espaço coletivo, não pode construir alternativas ou produzir novas formas de sobrevivência?

O grande legado dessas manifestações, e que ainda não está consolidado, é um sentimento anticapitalista, de que essa sociedade já não tem nada a oferecer. Os mais antenados dessa geração sentem que o prazo de validade dela já se encerrou. Isso já é alguma coisa. Se os pais acham que essa sociedade será eterna, os garotos que estão na rua não pensam dessa forma. É essa intuição que precisa ser trabalhada.

De que forma?

Na nossa época, as ideias têm maior facilidade de circulação do que em outros períodos. A internet pode facilitar isso. Mas ao mesmo tempo há um processo de desrecalque de posições absolutamente conservadoras e reacionárias. Apesar da facilidade de divulgação, a dificuldade que ideias mais radicais encontram para serem acolhidas é impressionante. Em algumas conversas com grupos que se utilizam da tática Black Bloc, pude verificar como essas ideias, ao mesmo tempo, são profícuas e produzem tensão. Profícuas pela disposição anticapitalista para enfrentar o que é de fato a violência da sociedade burguesa. Mas uma vez realizada essa tática, eles não têm ideia do que fariam no momento seguinte. Ocupar a rua é muito importante, mas não esgota nossas tarefas no presente. Vejo outras experiências nos últimos 20 anos que não se deram nas ruas das grandes cidades e que trazem um embrião do que eu pensaria como algo realmente novo.

Quais seriam essas experiências?

Estudo o que chamo de *novíssimos movimentos sociais*. Faço um corte dos movimentos sociais em três fases. A primeira seria a do movimento operário, cujo centro é a questão social; a segunda fase, que surge com força por volta do anos 1960, é a dos movimentos feminista, ecológico, antirracista etc. A terceira é essa que chamo de *novíssimos movimentos sociais*, em que o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] é um modelo, assim como os piqueteiros, na Argentina; os zapatistas, no México; ou mesmo os movimentos de indígenas, na Bolívia. São movimentos de uma parte da população que não encontra lugar no mundo do trabalho. São uma marca da crise do capitalismo: *inutensílios*



humanos. Qual é a diferença desse tipo de movimento para o velho movimento operário? O movimento operário era uma importante resistência à exploração do capital, que lutou por direitos na fase expansiva do capitalismo. Para tanto, tinha seus instrumentos: sindicatos e partidos. No entanto, não produziam novas sociabilidades. Uma vez conquistado um aumento de salário durante uma greve, por exemplo, volta-se a viver como qualquer bom pequeno burguês. Pega-se uma quantidade a mais de salário para consumo, mas não se produz nada de novo. O mesmo pode ser dito sobre a *tomada do poder*, que não inventou muita coisa nova além de uma modernização acelerada em países retardatários. O que os novíssimos movimentos sociais tendem a construir é uma outra sociabilidade, baseada numa forma de vida social sem a mediação, por exemplo, do dinheiro e da mercadoria. Isso é algo novo.

Ainda há espaço para o Estado do bem estar social?

Sem chance. Explico isso de dois modos. Um, lembrando que esse foi o único momento na história do capitalismo em que ele foi minimamente razoável para uma parcela da população. Mas o *welfare state* não foi um fenômeno universal: foi basicamente europeu e em poucos países. Um fenômeno limitado da história do capitalismo, e não existem mais hoje os elementos materiais que o sustentaram. Segundo, a humanidade pode fazer coisas melhores do que isso. É melhor pensarmos para frente. Nesse processo de barbárie, o fim de uma sociedade é o fim de um modo de viver. Uma vez que nos livramos dessa forma de existência, podemos, se tivermos sorte e disposição, criar outra. Estamos pela primeira vez livres e com capacidade de criar uma forma social, superior a que está colapsando.

Em que modelo nos basear?

O modelo é a negação. Não tem receita. Seria uma sociedade com outras forças de produção que não essas destrutivas, sem o Estado, isto é, uma sociedade autogestionária e ecologicamente centrada nos limites do que nos permite existir como espécie inteligente neste planeta. Temos capacidade de conceber modos de produção bastante avançados, que nos livrem do trabalho pesado da besta e, ao mesmo tempo, da penúria. Por isso superar essa crise do capitalismo é um desafio que a humanidade precisa se colocar. 



'Ciência

Pressão por
acelera
qualidade

Bruno Dominguez

Qual é o seu fator H? Quantos *papers* você já publicou? Essas são preocupações que ocupam o tempo de pesquisadores, resultantes de um cenário no qual a produção científica é avaliada por métodos quantitativos — o que se expressa, por exemplo, na existência de um fator que mede o número de artigos de um pesquisador já citados em outros artigos. A pressão por se publicar mais, em alguns casos, leva a se publicar a qualquer preço, alerta o professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Kenneth Rochel de Camargo Jr., em artigo que gerou debate na comunidade científica.

“Espalham-se subterfúgios para incrementar a quantidade de artigos e capítulos publicados, e mesmo de citações: a produção em série de artigos sem maior interesse ou inovação, ainda que fundamentalmente *corretos*, a multiplicação do número de autores para cada texto sem que se considere adequadamente a atribuição de autoria, a distribuição de conteúdos entre diversas publicações (conhecida como *publicação salame*) e a criação de verdadeiros clubes de citação mútua são fenômenos há muito conhecidos na literatura mundial e que começam a se manifestar em nosso meio”, escreveu para os *Cadernos de Saúde Pública* (volume 29, número 9) Kenneth, editor associado do *American Journal of Public Health* e editor da revista *Physis*.

“A pressão para se ter mais *papers* e, com isso, se ganhar mais recursos para a pesquisa preocupa. Publicam-se mais e mais artigos, mas quando os esprememos sai muito pouca coisa”, diz o ex-presidente da Fiocruz e atual diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS/Fiocruz), Carlos Morel. “O importante é observar o que resulta para a sociedade, quais são os ganhos decorrentes desses *papers*”, opina, frisando que quantidade não leva a qualidade.

AVALIAÇÃO INDISPENSÁVEL

No artigo, Kenneth ressalva que a avaliação da produção científica é indispensável, apesar de reconhecer que não há métricas adequadas para a mensuração do valor de uma pesquisa ou de seus produtos. “Sem modalidades óbvias de mensuração, criamos indicadores diversos, discutíveis, mas

...ia salame'

... quantidade partilha conteúdos, ... processos e compromete ... da produção científica

beneficiando-se da ilusão de *objetividade* conferida pela expressão em números, mesmo não tendo significado claro". Hoje, explica, essa avaliação se dá baseada em indicadores bibliométricos. Por exemplo, somam-se as citações de um artigo e de seu autor, a partir da premissa de que citações indicam qualidade — duas citações indicariam um artigo duas vezes melhor do que artigos com apenas uma citação.

Na comunidade científica internacional já há reações aos problemas causados pela utilização desses indicadores. Uma delas é o *Manifesto Slow Science* (ver box na pág. 31), que pede calma a pesquisadores e sociedade. "A ciência precisa de tempo para pensar. A ciência precisa de tempo para ler, e tempo para fracassar. A ciência nem sempre sabe onde ela se encontra neste exato momento. A ciência desenvolve-se de forma instável, através de movimentos bruscos e saltos imprevisíveis à frente. Ao mesmo tempo, contudo, ela muitas vezes emerge lentamente, e para isso é preciso que haja estímulo e reconhecimento", diz o manifesto.

MUDANÇAS

Kenneth cita algumas experiências que buscam mudar esse panorama. Por exemplo, o processo avaliativo no Reino Unido, *Research Excellence Framework* (REF), que desautoriza qualquer subcomitê a fazer uso de ranqueamentos, listas ou fatores de impacto de revistas ou da percepção da relevância de editoras na avaliação da produção da pesquisa: "Um princípio subjacente ao REF é que todos os tipos de pesquisa e todos os tipos de produção de pesquisas abarcadas por todas as disciplinas devem ser avaliadas em bases justas e iguais".

Ou a defesa pelo pesquisador Bruce Alberts, ex-presidente da National Academy of Sciences (Estados Unidos) e editor da *Science*, de que a avaliação se dê sobre um pequeno conjunto de produtos (não necessariamente publicações) ligados ao projeto ou programa, para que a qualidade da produção seja considerada — mecanismo já adotado nos Estados Unidos, no Canadá e no Reino Unido.

"Quando um pesquisador está pronto para ser promovido ou próximo de ser avaliado, pede-se a ele que separe os cinco trabalhos mais importantes que produziu. Essa é a sua contribuição para a

ciência. Ninguém pede todo o trabalho do candidato. Desse modo eu posso ler os cinco itens do seu trabalho e avaliar o candidato. Mas é impossível fazer isso se eles me dão 80 artigos. Nesse caso, tudo o que posso fazer é ver onde os artigos foram publicados", argumenta Alberts.

A reação negativa a esse modelo, explica Kenneth, repousa basicamente no argumento de que, dessa forma, a avaliação deixaria de ser "objetiva", tendo implícita a ideia de que estaria sujeita a manipulações de diversas ordens. Por outro lado, como afirmou o professor da Universidade de São Paulo (USP) Fernando Reinach, em coluna no *Estado de S. Paulo*, o uso exclusivo de indicadores bibliométricos "é a covardia intelectual escondida por trás de algoritmos matemáticos".

Nas palavras dele, "não há dúvida de que métodos quantitativos são úteis para avaliar um cientista, mas usá-los de modo exclusivo, abdicando da capacidade subjetiva de identificar pessoas talentosas, criativas ou simplesmente geniais, é caminho seguro para excluir da carreira científica as poucas pessoas que realmente podem fazer descobertas importantes".

Em diálogo com o texto de Kenneth, o pesquisador e professor dos programas de pós-graduação em Saúde Pública e de Epidemiologia em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz) Luis David Castiel produziu artigo, em parceria com Danielle Ribeiro de Moraes e Cassius Schnell Palhano Silva, também publicado nos *Cadernos de Saúde Pública* (volume 30, número 1), em que critica o que chama de "gerencialismo utilitarista" na produção acadêmica em saúde coletiva e defende a importância de ensaios críticos.

Segundo os autores, são centrais as questões sob a égide da gestão, sob a forma de metas a serem alcançadas, de produção de inovações que tendem a ser encaradas econometricamente, da avaliação mediante índices de produtividade, sob o primado da relação entre fins e meios etc.

Os autores avaliam que há uma transição da universidade como instituição para organização operacional, que tem a si mesma como referência em competição com outras equivalentes com as

"A ciência precisa de tempo para pensar, a ciência precisa de tempo para ler e tempo para fracassar"
Manifesto 'Slow Science'

FOTO: GUILHERME CANNIO / ENSP / FIOCRUZ



Kenneth, em artigo que gerou debate: subterfúgios para incrementar quantidade de artigos e capítulos publicados

FOTO: CAROLINA NIEMEYER



Morel: a pressão por se publicarem mais 'papers' para com isso se obter mais recursos para pesquisa preocupa

mesmas metas — como a disputa pelas notas mais elevadas dos cursos de pós-graduação. “Esse formato de avaliação é justificado pelo fato de o financiamento provir de fundos públicos e que é dever certificar-se do seu bom uso. Claramente, estamos no âmbito das análises de custo/benefício”.

CULTURA SEDIMENTADA

Há um movimento para inverter essa lógica no Brasil? “Se não há, deveria haver”, responde Morel, para quem estabelecer novas diretrizes é relativamente fácil, mas mudar uma cultura já sedimentada é complicado. “Precisamos de um movimento para levar boas propostas de mudanças às agências de fomento à pesquisa e à própria comunidade científica”.

Consultora de periódicos nacionais indexados nas áreas de saúde e política de Ciência e Tecnologia, a pesquisadora da Fiocruz Márcia de Oliveira Teixeira, que tem como área de investigação os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, concorda que é difícil alterar o processo de avaliação, apesar de existir um acúmulo sobre seus pontos críticos e sobre a inviabilidade de mantê-lo.

“Há muitos movimentos suscitados tanto pelo grau de adocimento de docentes e insatisfação de discentes, mas também pelo colapso de muitas instituições que participaram da construção desta

dinâmica e hoje estão solapadas pela massificação de artigos sem relevância, mal escritos e repetitivos. Há muito debate em torno de novos indicadores menos calcados na quantidade”.

Mas mudar, diz ela à *Radis*, implica desmontar uma série de arranjos — funcionamento das revistas, sistemas de avaliação, organização de espaços de produção de pesquisa e até mesmo processos formativos. “A geração de outros modos de medir implica pensar a produção do conhecimento técnico-científico de outro jeito. Ocorre que o modo como produzimos e difundimos conhecimentos científicos não pode ser dissociado do capitalismo contemporâneo — financeirizado, flexível, internacionalizado, massificado. Mudar implica em indagar, inclusive, o ato de medir — quem mede, como mede e por que mede. E hoje não questionamos isso”.

Falta acúmulo sobre novas experiências de medir ciência, complementa Márcia, para quem “não adianta propor novas medidas que não comprometem o modo como produzimos ciência e formamos pesquisadores; e não adianta propor novas medidas sem mudarmos (talvez radicalmente) as motivações da medida, ou seja, para que (e para quem) medimos”. Ela reforça que é preciso pavimentar um outro caminho, ressaltando que “este outro caminho é uma terra desconhecida, uma terra incógnita”.

Impacto na formação

O produtivismo também tem impacto na formação em nível de pós-graduação, como indicou o doutorando do programa de Epidemiologia em Saúde Pública da Ensp/Fiocruz David Soeiro Barbosa em carta aos *Cadernos de Saúde Pública* (volume 29, número 12), também em resposta ao artigo de Kenneth Rochel de Camargo Jr. “Nosso debate de sociedade e dimensão política das necessidades de saúde enfraquece junto com a fragmentação e compartimentalização das áreas, onde pesquisar o detalhe, o específico é prioritário e considerado suficiente”, escreveu.

“Como investigar as árvores sem perder de

vista a floresta (que em alguns contextos, está em chamas)? Como preparar um indivíduo comprometido com as necessidades da sociedade brasileira e do SUS a fazer as perguntas que devem ser respondidas?”, questionou, também se posicionando a favor de uma ruptura com o ranqueamento que considera somente indicadores quantitativos de produção.

A pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) Márcia de Oliveira Teixeira relaciona o peso da publicação na avaliação de docentes e de cursos como um dos elementos ativos (mas não único) de um movimento



Márcia: “A pesquisa alimenta os planos de cursos, mesmo que aquele tema não seja crucial para o processo de formação”

de hiperespecialização precoce dos processos formativos. Ela explica: “Muitos docentes, para sobreviverem como pesquisadores, procuram otimizar processos: a pesquisa alimenta os planos de cursos, mesmo que aquele tema não seja crucial para o processo de formação daqueles alunos; valorizam em um momento determinado um grupo de autores não exatamente pela sua importância ou relevância para formação, mas porque são suas referências atuais; os trabalhos dos discentes, por seu turno, devem participar do esforço de publicação”.

No mestrado, diz ela, a pressão para acelerar a publicação é ainda mais danosa, porque encurta fases e processos exatamente quando os alunos deveriam aprofundar sua aprendizagem de técnicas de pesquisa, de análise e, sobretudo, de escrita.

Outra questão ligada à quantificação, segundo Márcia, é que não respeita as diferenças entre as áreas de conhecimento em termos de organização do trabalho de pesquisa, de tempo de aprendizagem das técnicas de pesquisa, de maturidade para lidar com os dados e com o ato de construir narrativas do percurso investigativo. “O publicar ou morrer parte do princípio que devemos reproduzir um mesmo padrão. Mas físicos, biólogos e sociólogos não aprendem o ofício de pesquisador em seus respectivos campos do mesmo modo e nem no mesmo ritmo”.

FORA DE MODA

Márcia também indica a participação de editores, das políticas editoriais e dos organismos de financiamento e avaliação da pesquisa na seleção de temas e referenciais. “Agendas circunscrevem temas e referenciais, apontam percursos e o que deve ser pesquisado, ensinado e, sobretudo, publicado. Isso direciona a pesquisa e o ensino. Isso cria modas a despeito da contribuição de vários autores, que ficam fora de moda, e de uma infinidade de temas e objetos também fora de moda, mesmo que pouco explorados”.

E, finalmente, observa como a infraestrutura de trabalho é muito dependente do volume de publicação em revistas de maior impacto, em função do peso na concessão de financiamentos e na maior ou menor posição de um pesquisador na hierarquia das instituições. “Há uma correlação estreita para garantir acesso a condições infinitamente melhores de trabalho — seja acesso a livros, equipamentos e outros insumos, deslocamentos para trabalho de campo e participação em eventos científicos até instalações físicas mais humanas para receber alunos”.



O manifesto do ‘Slow Science’

Somos cientistas. Não blogamos nem tuitamos. Não temos pressa.

Sem mal entendidos. Somos a favor da ciência acelerada do início do século XXI. Somos a favor do fluxo interminável de revistas com pareceristas anônimos e seu fator de impacto; gostamos de blogs de ciência e mídia, e entendemos as necessidades que relações públicas impõem. Somos a favor da crescente especialização e diversificação em todas as disciplinas. Queremos pesquisas que tragam saúde e prosperidade no futuro. Estamos todos neste barco juntos.

Acreditamos, entretanto, que isto não basta. A ciência precisa de tempo para pensar. A ciência precisa de tempo para ler, e tempo para fracassar. A ciência nem sempre sabe onde ela se encontra neste exato momento. A ciência desenvolve-se de forma instável, através de movimentos bruscos e saltos imprevisíveis à frente. Ao mesmo tempo, contudo, ela muitas vezes emerge lentamente, e

para isso é preciso que haja estímulo e reconhecimento.

Durante séculos, *slow science* foi praticamente a única ciência concebível; para nós, ela merece ser recuperada e protegida. A sociedade deve dar aos cientistas o tempo de que eles necessitam, e os cientistas precisam ter calma.

Sim, nós precisamos de tempo para pensar. Sim, nós precisamos de tempo para digerir. Sim, nós precisamos de tempo para nos desentender, sobretudo quando fomentamos o diálogo perdido entre as humanidades e as ciências naturais. Não, nem sempre conseguimos explicar a vocês o que é a nossa ciência, para o que ela servirá, simplesmente porque nós não sabemos ainda. A ciência precisa de tempo.

– Tenham paciência conosco, enquanto pensamos.

Texto original em <http://slow-science.org/>. Tradução de José Eisenberg, revisão de Antonio Engelke.

Saúde pública ou saúde coletiva?

Sanitarista analisa as expressões e avalia que refletem diferentes projetos e compromissos

SAIBA MAIS

Para assistir à palestra na íntegra

www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/home/exibedetalhesBiblioteca.cfm?id=16891&tipo=B

www.youtube.com/watch?v=J6Mgvi_ga3U

Elisa Batalha

Saúde pública e saúde coletiva são expressões frequentemente usadas como sinônimos. Para o professor Jairnilson Paim, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), existem diferenças conceituais entre elas, que refletem movimentos históricos e processos de luta. Os termos e as ideologias presentes nas suas origens foram o tema da aula inaugural da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), ministrada pelo pesquisador. Em sua palestra, realizada no dia 26 de março, Jairnilson traçou um histórico da conformação da saúde coletiva no país, expressão relacionada ao campo científico e à atuação prática de um movimento que nasceu com a Reforma Sanitária brasileira. “As palavras não são inocentes. Não é apenas uma questão de nomes”, considerou. A expressão predominante, apontou, é *saúde pública*. “Defendo que o problema não está nos nomes, mas nos valores, nos projetos distintos e nos compromissos sociais”, explicou.

O próprio nome da Escola Nacional de Saúde Pública, é, segundo Jairnilson, a síntese dialética das relações entre as duas expressões analisadas. “Esta escola tem tradição de 60 anos, como escola de saúde pública, mas Sergio Arouca é um dos mais importantes — senão o mais importante — pensadores e fundadores disso que se chama *saúde coletiva*, no Brasil e na América latina”, observou. “A designação de escola nacional de *saúde pública*, mostra a pluralidade do nosso campo ou espaço social e também algumas das tensões”, disse, considerando que “falar do tema dentro da própria Ensp é uma ousadia, ou até mesmo uma imprudência”. Segundo Jairnilson, é possível recuperar e identificar as ideologias por trás não só desses termos, como de outros como medicina coletiva, medicina familiar, comunitária etc.

‘NO INÍCIO ERA A CRÍTICA’

“Se há uma marca muito precisa da saúde coletiva é a crítica. No início, era a crítica. Crítica à saúde pública institucionalizada”, analisou. “No Brasil, como nós construímos esse processo no âmbito da ditadura, o termo *saúde pública*, relacionado à maneira verticalizada com que a saúde era cuidada, buscava separar as ações de caráter coletivo daquelas de caráter individual, assistencial, curativo, etc”, explicou.

Jairnilson destacou o legado de sanitaristas clássicos como Carlos Gentile de Melo (*Radis* 131)

e Cecília Donnangelo (*Radis* 139) e ressaltou que, embora autores anteriores tenham contribuído para a Reforma Sanitária e a conformação da saúde coletiva como campo, o trabalho de Sergio Arouca (*Radis* 133) repercutiu de maneira decisiva no país e é considerado um marco da crítica no continente latino-americano. Em seu estudo *O dilema preventivo*, um dos clássicos do campo da saúde, destacou, Arouca mostra como um conjunto de ideias que teve origem nos Estados Unidos nos anos 40 se difundiu na Europa e posteriormente na América Latina, e inicialmente promoveu uma modernização no ensino médico.

“A medicina preventiva funcionava como uma espécie de partido da nova atitude que tentava inculcar nos estudantes e nos professores uma visão preventiva e social, para que um dia se modificassem os serviços e sistemas de saúde e quicá a sociedade”, relatou Jairnilson. “Como dizia Arouca, eram profetas de um vir a ser”, acrescenta, lembrando que uma das formas de enfrentar o dilema era ir além da prática ideológica, e chegar a “prática teórica”, no sentido de produção de um pensamento crítico, que ajudasse a chegar a uma prática política de mudança das relações de poder. “A saúde coletiva vai questionar, ainda que sem seu nome estar cunhado, aquelas ciências sociais, que chamávamos de funcionalistas, o planejamento autoritário e uma epidemiologia que não levava em conta a questão social, as relações entre saúde e doença e os processos de organização da sociedade”. Inicialmente, observou ainda, o campo da Saúde Coletiva se estabelece nas pós-graduações — embora englobe diferentes tipos de saberes que não só o científico e acadêmico, como ressaltou —, e vai se dando um movimento de ampliação do *stricto sensu* para o *lato sensu*. Mais recentemente, também considerada uma “ousadia dos brasileiros”, a criação da graduação em Saúde Coletiva viria confirmar o crescimento do campo.

MOMENTOS HISTÓRICOS

Jairnilson lembrou que a conjuntura política nacional pós-1974 possibilitou maior desenvolvimento da epidemiologia e dos estudos populacionais e destacou a participação social, mesmo em tempos de ditadura. “Vários movimentos de trabalhadores, estudantes, donas de casa, mulheres, periferias, partidos — clandestinos à época —, passaram a considerar como prioridade a democracia, e no bojo dessa questão se defendia a democratização da saúde”, ressaltou.

Um momento histórico importante, destacou Jairnilson, foi o 1º Encontro Nacional das Pós-Graduações em Saúde Coletiva, em 1978, na Bahia, que resultou na criação da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), no ano seguinte. Ali se reuniram os seis programas de pós-graduação então em vigor. “Por que esse evento não teve *saúde pública* no nome? Por que não medicina preventiva, saúde comunitária ou medicina social?”, indagou, para em seguida responder: “Talvez porque aquele encontro pretendesse produzir algo novo, crítico e alternativo, realmente contra-hegemônico e orgânico a um projeto de reforma social”.

Ele lembrou ainda que as primeiras edições da revista da Abrasco também contribuíram para o desenvolvimento teórico-conceitual da Saúde Coletiva, e que a fundação do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (Cebes), assim como o Projeto Montes Claros (PMC) — modelo de extensão de serviços básicos de saúde, desenvolvido na cidade mineira, em meados da década de 1970 —, foram desdobramentos teóricos e políticos do conceito de saúde coletiva, com reflexos na reorganização do sistema de saúde.

PESSOAS COMO BICHOS

“Para onde estamos caminhando como produção científica e como área de prática e atividade profissional?”, indagou Jairnilson, ainda. Para tentar responder, ele expôs preocupações quanto aos rumos que vem tomando a saúde coletiva. “Percebemos atualmente alguns indícios de restauração da saúde pública convencional, que me preocupam, indícios que não têm muito a ver com a herança emancipatória da saúde coletiva”.

Algumas intervenções e medidas governamentais nos últimos anos, na visão de Jairnilson, parecem enfatizar a saúde pública, no sentido da saúde institucionalizada e verticalizada. Ele considerou “discutíveis e autoritárias” iniciativas como a Proposta de Emenda Constitucional 33, de 2002, que tratou da criação de uma agência para controle de doenças — a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças (Apec). O projeto, lembrou, sofreu crítica severa da Abrasco e de toda a militância da Saúde, e não foi aprovado. Mas, depois disso, desde 2006, ao menos três projetos de lei de emergência sanitária foram propostos. “Tratam pessoas como se fossem bichos, ou micróbios”, criticou.

Outro indício do enfraquecimento do conceito de saúde coletiva apontado pelo sanitarista é a segmentação desse campo, sua especialização em áreas de concentração, “para atender aos requisitos da Capes”. Algumas vezes, apontou Jairnilson, as próprias disciplinas dos cursos oferecidos, bem como departamentos e espaços de pesquisa desenvolvem-se “à imagem e semelhança dos programas especiais e verticais” do Ministério da Saúde. “É o programa da saúde da mulher, da saúde da criança... e as universidades vão macaqueando o que é definido em Brasília, perdendo completamente as perspectivas mais horizontais, mais integrais, e o esforço para a interdisciplinaridade ou a transdisciplinaridade”.

O professor trouxe também os resultados de sua pesquisa que teve o discurso sobre Saúde



FOTO: VIRGINIA DAMAS / ENSP / FIOCRUZ

Coletiva como objeto. A investigação foi realizada com base em entrevistas com 26 nomes fundadores do campo e na análise de textos por eles produzidos. O objetivo foi examinar se ainda hoje persiste, “pelo menos na cabeça dos fundadores e construtores” a suposta organicidade entre a Saúde Coletiva [como campo do conhecimento] e a Saúde [coletiva ou pública, como área da prática política contemporânea]. “Será que esse projeto ainda é de dupla face — campo acadêmico e transformação social? Como esses fundadores do campo ou do espaço social da Saúde Coletiva veem a Reforma Sanitária Brasileira?”.

CALEIDOSCÓPIO DE OLHARES

Como resultados, foram observados três tipos de discurso: apologético, operacional e crítico. Lendo trechos das entrevistas realizadas, sem citar seus autores, Jairnilson deu exemplos de como o discurso apologético afirma a Saúde Coletiva em sua relação orgânica com a Reforma Sanitária e em prática ainda nos dias de hoje. Já o discurso operacional utiliza os termos saúde pública e coletiva indiscriminadamente, não vendo a diferenciação como importante no âmbito da organização do serviço. E, por fim, o discurso crítico revela receio de que a discussão e as implicações políticas da produção teórica tenham ficado restritas ao circuito acadêmico. “Uma chatice”, como afirmou um dos entrevistados.

Discutindo os resultados, Jairnilson observou um “caleidoscópio de olhares”. “Alguns defendem a necessidade de novas utopias, mas apenas dois enxergaram organicidade entre Saúde Coletiva e Reforma Sanitária. Apesar da produção intelectual de muitos desses entrevistados, eles, geralmente, pensam a Reforma de maneira minimalista, setorial, restrita ao SUS”, analisou. Segundo o pesquisador, a partir do exame do material, têm-se indícios de que se estaria desenvolvendo uma “ciência da ordem, que parece perder a alma transgressora das origens”.

Para Jairnilson, a Saúde Coletiva se encontra em uma encruzilhada. “Será que vamos reproduzir *ad infinitum* uma saúde pública do Norte? Vamos conservar mudando e mudando para conservar? Estamos em uma perspectiva de restaurar aquela saúde pública que a medicina preventiva tanto criticava? Faz parte da nossa história, e é um dos nossos desafios construir negando e negar construindo”.

Jairnilson e o alerta para não se continuar produzindo uma saúde pública do Norte: “Vamos conservar mudando e mudando para conservar?”

EVENTOS

11º Encontro Internacional de Educação Inicial e Pré-escolar



Organizado em torno do tema *Gestão para o futuro: trânsito, articulação e continuidade*, o evento tem como objetivo promover espaços de reflexão e discussão de experiências, projetos e pesquisas, voltados ao desenvolvimento da primeira infância. Promovido pelo Ministério da Educação da República de Cuba, o Centro de Referência Latino Americano para a Educação Pré-Escolar (Celep) e o Grupo de Intercâmbio Científico Educacional (ICE), tem como público-alvo educadores, famílias, representantes de comunidades urbanas e rurais e profissionais de saúde do trabalhador, cultura, política, assistência social, publicidade, entre outros setores. Serão discutidos a sustentabilidade do desenvolvimento integral da criança desde o período gestacional; atenção integral; família e filhos; escola; produções de qualidade em rádio, televisão, teatro, cinema, e literatura; e direitos da criança. Resumos de trabalhos podem ser enviados até 30/5.

Data 8 a 10 de julho

Local Palácio de Convenções de Havana, Cuba

Informações (537) 274-1483 e 274-1482
celep@celep.rimed.cu, infocelep@cubaeduca.cu | www.eventosem cuba.com.br

66º Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn)



Promovido pela Associação Brasileira de Enfermagem e realizado pela Seção Pará, o evento terá como tema *Protagonismo da Enfermagem na atenção à saúde*, a ser abordado em três eixos: cuidar; educar e pesquisar; e serviços, organizações e gestão. Os debates buscarão suscitar nos profissionais de Enfermagem, em contato direto com a população no âmbito da atenção à saúde, a força para sair da passividade aprendida e encontrar caminho próprio rumo ao protagonismo social. Deverá reunir 3,5 mil participantes, do Brasil e do exterior. Serão aceitos trabalhos até 31/7.

Data 28 e 31 de outubro

Local Centro de Convenções Hangar, Belém, PA

Informações (91) 3226-3836
eventos.go4@wineventos.com.br
abensecaopara@gmail.com
www.abeneventos.com.br/66cben

PERIÓDICOS

A edição de abril da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* (IOC/Fiocruz) traz 19 artigos científicos inéditos, de grupos nacionais e internacionais, sobre Medicina Tropical e Biologia Molecular. Entre os textos, destacam-se dois artigos sobre a doença de Chagas: um mostra que investigar a dinâmica de produção de óxido nítrico (NO) e metalotioneína-1 (MT-1) durante a infecção pode revelar mais a contribuição do sistema imunológico no agravamento do quadro; o outro é um estudo epidemiológico realizado em El Salvador, que alerta para a necessidade de programas mais eficazes de controle do vetor. Também são temas da edição o vírus da encefalite de St. Louis e o papel do gene ErbB2 na predisposição à infecção na hanseníase. A revista pode ser acessada em <http://memorias.ioc.fiocruz.br>



LIVROS

Direito e democracia

Advocacia em tempos difíceis, organizado por Paula Spieler e Rafael Queiroz (Editora Juruá) aborda o período de 1964 a 1985, os anos de chumbo, sob o viés da advocacia. A obra é uma iniciativa do projeto *Marcas da memória*, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, coordenado pelos organizadores do livro, e analisa as estratégias jurídicas utilizadas por advogados de presos políticos. O livro conta com 34 entrevistas, realizadas do Ceará ao Rio Grande do Sul, com foco no trabalho do profissional de Direito, que precisava defender seus clientes com as leis do próprio regime militar. Disponível em https://drive.google.com/file/d/0B_IgejNf53HydFobGtTYWdRbVE/edit?usp=sharing



Doença e contexto

Epidemiologia e cultura, de James A. Trostle (Editora Fiocruz), com tradução de Vera de Paula Assis, parte do pressuposto de que, para compreensão de padrões de doença, formas de cuidado e recursos de cura, é necessário considerar o contexto no qual ocorrem. Além de fatores sociais, ambientais e econômicos, também um conjunto de práticas culturais norteia os processos da vida de indivíduos e comunidades e podem influenciar determinada condição.



O autor analisa, assim, o papel dos fatores culturais no surgimento, desenvolvimento e distribuição de doenças e seu impacto nos registros epidemiológicos, defendendo a colaboração entre a epidemiologia social e a antropologia médica na construção de um conhecimento epidemiológico-cultural.

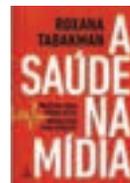
Mídia e exclusão

O direito humano à comunicação – Pela democratização da mídia, de Pedrinho Guareschi (Editora Vozes), faz uma tradução da ampla questão que envolve o direito à comunicação, em suas diferentes dimensões — conceitual, histórica e ética — além de avançar na proposição de ações que possam conduzir à conquista desse direito fundamental. O autor busca desvendar o que chama de “estratégia de confusão”, adotada pela mídia comercial para esconder a natureza de um sistema que se caracteriza pela exclusão das vozes da maioria dos brasileiros do debate público.



Medicina e Jornalismo

A saúde na mídia — Medicina para jornalistas, jornalismo para médicos, de Roxana Tabakman (Summus Editorial), recorre a médicos, jornalistas, pacientes e organizações não governamentais para propor caminhos de interação. A partir de leitura crítica do que se produz na mídia do Brasil e do exterior, a autora analisa o preparo dos jornalistas para lidar com a temática da saúde e os desafios que se impõem aos profissionais de saúde a lidar com os veículos midiáticos. O livro tem prefácio do jornalista Alberto Dines.



ENDEREÇOS

Editora Juruá

(41) 4009-3900 e 3352-1200
www.juruua.com.br

Editora Fiocruz

(21) 3882-9039 e 3882-9006
editora@fiocruz.br
www.fiocruz.br/editora

Editora Vozes

(24) 2233-9000 e 2231-4676 (fax)
vendas@vozes.com.br
www.universovoices.com.br

Summus Editorial

(11) 3865-9890
summus@summus.com.br
www.gruposummus.com.br



'Ninguém come PIB, come alimentos'

Radis reproduz neste espaço a voz da economista Maria da Conceição Tavares, 84 anos, que exerceu grande influência sobre o pensamento econômico brasileiro, formando várias gerações de economistas e líderes políticos do país. Na entrevista abaixo, publicada no jornal O Globo (24/3), ela diz que, na ditadura, perseguir crescimento à custa do trabalhador foi criminoso. E destaca que, hoje, mesmo com PIB baixo, o desemprego e a renda não pioraram, "o que é essencial".

Cássia Almeida*

Quais foram os erros da política econômica do regime militar?

O erro foi um modelo que persegue o crescimento a qualquer custo, à custa da classe trabalhadora, do bem-estar social, coisa criminoso. Foi uma maravilha crescer, mas cresceu aleijado, não é ideia muito boa. É melhor não crescer muito e não aleijar. Não fazer da maneira desvairada, agressiva como fizeram. Com crédito ao consumo, ao consumo de luxo das classes altas, houve perda salarial fortíssima.

O que ficou de herança da política daquela época?

Sobrou uma industrialização mais branda. As décadas de 80 e 90 foram muito ruins. Em 90, com neoliberalismo, vivemos um período de desindustrialização. Só voltamos a crescer com Lula, mas não no mesmo patamar, mas com um programa de distribuição de renda, com salário mínimo subindo acima da média, previdência, Bolsa Família, uma porção de políticas sociais para combater a pobreza, para melhorar a distribuição. E melhorou. O Coeficiente de Gini (indicador de concentração de renda) voltou aos níveis dos anos 60. Nesse sentido não é um modelo só desenvolvimentista, é um modelo social. Uma tentativa de fazer tardiamente um modelo de estado de bem estar social.

A concentração de renda aumentou durante o regime...

O grosso do aumento da concentração foi no regime militar. Mas é claro que a crise da dívida externa nos anos 80 e o baixíssimo crescimento e o neoliberalismo dos anos 90 não ajudaram nada. Continuou concentrando. O regime concentrava com crescimento, o emprego crescia. Nas décadas de 80 e 90, não. Teve aumento do desemprego, coisa que agora também não tem. Além de política de salário, tem uma política de emprego.

Há críticas de que a política industrial atual seria semelhante à do regime?

Não se assemelha em nada. Era um período de industrialização pesada, forte. Não estamos num período de industrialização pesada. Estamos investindo em infraestrutura basicamente.

E a escolha de campeões nacionais [modalidade de política industrial voltada a promoção de competitividade e projeção de empresas líderes]? Está dando certo?

Não acho uma maravilha de ideia. Muito praticada na Coreia, no Sudeste da Ásia. Não tenho certeza se está dando certo. Uma coisa é falar, outra coisa é provar. Se ocorreu, não tenho dado nenhum para afirmar. A oposição tem que pesquisar e botar os números. Fica tudo no gogó. De qualquer maneira, é uma concentração de capital, sem dúvida.

Com a crise de 2008, o neoliberalismo sofreu um golpe, não?

O que aplicaram foi um modelo ultraliberal. Não acho que o neoliberalismo esteja morto. Estou sempre na defensiva nesse particular. Os portávozes estão aí, cada vez falam mais alto.

O Brasil cresce pouco...

A crise (global de 2008) bateu aqui em 2009. Em 2010 o crescimento já tinha retomado, mais instável e mais brando. O crescimento não está essa *Brastemp*, mas não piorou o emprego, nem a distribuição de renda, o que para mim é o essencial. Ninguém come PIB, come alimentos.

Há analistas que chegaram a defender mais desemprego para combater a inflação...

Imagina, é um absurdo! O governo está combatendo a inflação da melhor forma que pode. Aumentar o desemprego para combater a inflação... Vou te contar, é pior que o Fundo Monetário. Não leio mais economia para não me aborrecer. É um festival de besteira. Não acho que inflação passe da meta. Não vejo pressão inflacionária, a não ser que tenha uma grande desvalorização. Mas não creio. O difícil é saber o que vai acontecer com a economia mundial, que sempre dá reflexo aqui. Não dá para ser ultraotimista, nem ultrapessimista. Estou moderadamente otimista. 

*Entrevista publicada em O Globo, em 24/3/2014.





Foto: Vera Lucia Fernandes (A/P/17) - Agência de Comunicação - FIOCRUZ - Póster: Patrícia Figueiredo, Vinícius Marinho



Ola o Banco de Leite em ação



Hum!... Gostoso!

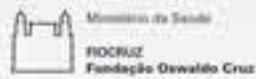


Obrigado!



19 de Maio
Dia Mundial de Doação de Leite Humano

Conheça a maior rede de Bancos de Leite Humano do Mundo com tecnologia 100% nacional.



www.redeblh.fiocruz.br